



Demonstrações Financeiras Consolidadas – Conglomerado prudencial
31 de Dezembro de 2016 e 2015
Acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes

Cenário Macroeconômico

A instabilidade econômica e política definiu o ano de 2016. A recessão persistiu pelo segundo ano consecutivo, enquanto a inflação permaneceu elevada. Além disso, uma mudança na Presidência da República devido ao processo de impeachment paralisou o Congresso durante o primeiro semestre do ano.

Expectativas de crescimento do PIB no segundo semestre de 2016 não se concretizaram e embora a recuperação tenha sido postergada, o crescimento do PIB deverá ficar positivo no primeiro semestre de 2017 e atingir mais de 2,0% em 2018.

Apesar de permanecer elevada ao longo de 2016, a inflação caiu significativamente: de mais de 10,0% no final de 2015 para 6,3% no final de 2016. A inflação deverá desacelerar para 4,0% em 2017, abaixo, portanto da meta de 4,5%, e permanecer próximo desse patamar em 2018. Um elevado hiato do produto, expectativas de inflação ancoradas e preços mais baixos de alimentos constituem os principais vetores para uma inflação mais baixa no médio prazo.

O Banco Central iniciou um ciclo de afrouxamento monetário no fim do ano passado e reduziu a taxa de juros em outubro e novembro em 25bps, de 14,25% para 13,75%. A inflação baixa e a recuperação mais fraca, por sua vez, permitiram que o Banco Central acelerasse o ritmo de corte para 75bps em janeiro de 2017, repetindo o movimento em fevereiro e levando a SELIC para 12,25%. A taxa de juros deverá continuar a cair ao longo do ano, compensando assim a perda dos estímulos parafiscais e consequentemente dando suporte para uma recuperação mais forte da economia em 2018.

A política fiscal continua a ser o principal desafio do país. Os desequilíbrios fiscais devem ser enfrentados para permitir que o Banco Central reduza a taxa de juros de forma sustentável, mantendo a inflação próxima ao objetivo e melhorando as perspectivas de crescimento. A aprovação do teto de gastos indicou que o ajuste fiscal finalmente começou. Porém, uma reforma da Previdência faz-se necessária para tornar o teto de gastos viável.

A boa notícia é que o governo está comprometido com o ajuste fiscal e apresentou uma reforma da Previdência ambiciosa. Além disso, as contas externas do país permanecem sólidas, abrindo uma janela de oportunidade para aprovar essa reforma mesmo em meio a um aumento da incerteza global. O superávit comercial atingiu US\$ 48 bilhões em 2016 e a recente melhora nos preços do minério de ferro e a expectativa de produção recorde de soja em 2017 devem manter a balança comercial sólida à frente. Além disso, o déficit em conta corrente caiu para cerca de 1% do PIB, um nível muito confortável. Finalmente, o IED permanece forte e continua a cobrir integralmente o déficit em conta corrente, reduzindo a dependência do país aos fluxos de capital de curto prazo.

A recuperação parece próxima, a inflação está caindo para abaixo da meta, as taxas de juros serão reduzidas para um dígito e as contas externas permanecem sólidas. O foco agora volta-se para a Reforma da Previdência. A sua aprovação é essencial para consolidar a recuperação econômica com estabilidade de preços no médio prazo.

Nosso Negócio

O Banco BBM é uma instituição financeira de atacado voltada prioritariamente ao crédito a empresas e à assessoria financeira na gestão de patrimônio para pessoas físicas.

Mantemos governança e processos que visam atender e conciliar os interesses de nossos depositantes, em um ambiente seguro e ao mesmo tempo ágil. Para isso, contamos com a capacidade de recrutar, avaliar e motivar pessoas com conhecimento, talentos, ambição e ética excelentes.

Desempenho do Conglomerado Prudencial

O Grupo Financeiro Banco BBM encerrou o exercício de 2016, com um patrimônio líquido de R\$ 568 milhões e um resultado líquido de R\$ 33 milhões, o que representa uma rentabilidade anualizada de 5,71% calculada sobre o patrimônio líquido médio do período.

O total de ativos ao final do exercício era de R\$ 4,1 bilhões. O volume de captações no mercado interno e externo encerrou o período em R\$ 3,1 bilhões, com um crescimento de 22% em relação a 31/12/2015. O índice de Basileia do Banco era de 21,30% ao final do exercício.

Crédito para Empresas.

A carteira de crédito encerrou o exercício totalizando R\$ 1,9 bilhão (incluindo as operações de adiantamento de contrato de câmbio e garantias concedidas através de avais e fianças), representando um crescimento de 24% em relação a 31/12/2015.

Valendo-se da expertise desenvolvida ao longo dos anos, tanto pela equipe comercial quanto pelas áreas de Produtos e Tesouraria, o Banco atua de maneira dinâmica e seletiva, buscando moldar seus produtos à necessidade de cada cliente, ajustando fluxos e garantias.

Private Banking

A área de Private Banking do Banco BBM utiliza ferramentas constantemente atualizadas na assessoria de gestão de patrimônio de clientes pessoas físicas, atendendo aos objetivos de longo prazo através de produtos financeiros diversificados em uma plataforma aberta.

Tesouraria

As atividades de Tesouraria englobam a gestão do caixa e hedge do patrimônio, apoio técnico e inteligência para as áreas de negócios do Banco e identificação de oportunidades nos mercados locais, tendo a preservação do capital como princípio fundamental e suportada uma gestão prudente do risco de mercado.

Pessoas

O Banco BBM é um núcleo de identificação e formação de talentos que valoriza a busca sistemática pelo conhecimento de ponta e privilegia pessoas que querem atingir suas ambições profissionais, agregando valor à empresa. Estamos permanentemente em contato com o ambiente acadêmico, estabelecendo parcerias com as principais universidades do país, oferecendo bolsas de estudo e premiando dissertações de mestrado e teses de doutorado. Proporcionamos as condições ideais para o aprendizado prático, já que possibilitamos um contato direto com o cotidiano dinâmico do mercado financeiro, a partir de uma ampla troca de conhecimentos dentro de um ambiente profissional de alta qualificação e integração das equipes.

Classificações de Crédito (Ratings)

Na visão do Banco BBM, as classificações das agências de rating são uma fonte importante de avaliação transparente e independente da qualidade do nosso crédito. A classificação atual concedida pela Moody's Investors Service, na escala global e nacional respectivamente, é "Ba1" e "Aaa.br" para dívidas em moeda local, que é o maior nível na escala desta agência para o Brasil. O relatório de Rating completo encontra-se no nosso site.

Banco BBM e Bank of Communications

Em fevereiro de 2016, foi aprovada na República Popular da China, a transferência do controle acionário do Banco BBM S.A. para o Bank of Communications Co. Ltd. e em 01 de novembro de 2016, esta aprovação se deu pelo Banco Central do Brasil.

Após estas aprovações regulatórias, em 30 de novembro de 2016, o Bank of Communications Co., Ltd. ("BoCom"), adquiriu 80% das ações representativas do total de ações ordinárias em circulação do Banco BBM e 80% do total de ações preferenciais em circulação do Banco BBM, representando, conseqüentemente, 80% do total de ações do capital social do Banco BBM em circulação. Aproximadamente 20% das ações do Banco permanecem com o anterior grupo controlador do Banco BBM.

Em 20 de fevereiro de 2017 a transferência do controle societário foi publicada no Diário Oficial pelo Banco Central do Brasil.

Carteira de Títulos e Valores Mobiliários

Em 23 de dezembro de 2016, por conta da troca de controlador do Banco BBM, o Comitê Executivo do Banco aprovou por unanimidade a transferência de categoria das 150.000 NTN-Bs com vencimento em 15 de maio de 2019 classificadas como "mantidos até o vencimento" para "livre negociação" por ocasião da elaboração deste balanço semestral, conforme Circular nº 3.068/01 do Banco Central do Brasil. Essa reclassificação gerou um resultado positivo no Banco e no Consolidado Operacional de R\$ 2.933 mil.

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Ao
Conselho de Administração, Diretores e aos Acionistas do
Banco BBM S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial do Banco BBM S.A. e controladas (o "Banco") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Essas demonstrações financeiras de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução n.º 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, descritos na nota explicativa n.º 2.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Conglomerado Prudencial do Banco BBM S.A. e controladas, em 31 de dezembro de 2016, o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras do conglomerado prudencial previstas na Resolução n.º 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa n.º 2 às referidas demonstrações.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa n.º 2 às referidas demonstrações financeiras, que divulgam que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela Administração do Banco para cumprir os requisitos da Resolução n.º 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil. Conseqüentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado exclusivamente para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

O Banco BBM S.A. elaborou um conjunto de demonstrações financeiras consolidadas para fins gerais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações, datado de 06 de março de 2017.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução n.º 4.280 do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, cujos principais critério e práticas contábeis estão descritos na nota explicativa n.º 2, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela administração de acordo com os requisitos da Resolução n.º 4.280 do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Considerações Especiais Auditorias de Demonstrações Contábeis Elaboradas de Acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2017.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP 015.199/O-6

Grégory Gobetti
Contador CRC 1PR 039.144/O-8

Ativo	Nota Explicativa	Em R\$ Mil	
		Conglomerado Prudencial	
		31/12/2016	31/12/2015
Circulante		2.538.138	3.069.286
Disponibilidades	4	17.671	31.052
Caixa		3	-
Reservas Livres		860	2.715
Disponibilidades em Moedas Estrangeiras		16.808	28.337
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4 e 5	338.753	363.657
Aplicações no Mercado Aberto		210.691	60.001
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		-	5.376
Aplicações em Moedas Estrangeiras		128.062	298.280
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	6	849.911	1.504.489
Carteira Própria		817.561	881.527
Vinculados a Compromissos de Recompra		17.468	388.212
Instrumentos Financeiros Derivativos		14.882	14.808
Vinculados a Prestação de Garantias		-	219.942
Relações Interfinanceiras		767	712
Créditos Vinculados - Depósitos Banco Central Correspondentes		754	708
		13	4
Operações de Crédito	7	881.801	858.885
Empréstimos e Títulos Descontados		543.899	582.099
Financiamentos		365.525	312.216
Provisões para Operações de Crédito		(27.623)	(35.430)
Outros Créditos		435.694	307.966
Carteira de Câmbio	8	386.001	290.079
Rendas a Receber		1.035	883
Negociação e Intermediação de Valores		133	11.409
Diversos	14	32.357	10.019
Créditos Tributários	24	22.530	604
Provisões para Outros Créditos	7	(6.362)	(5.028)
Outros Valores e Bens	15	13.541	2.525

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Ativo	Nota Explicativa	Em R\$ Mil	
		Conglomerado Prudencial	
		31/12/2016	31/12/2015
Não Circulante			
Realizável a Longo Prazo		1.423.099	689.279
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	2.963	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		2.963	-
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	6	884.837	271.032
Carteira Própria		304.156	88.044
Vinculados a Compromissos de Recompra		329.037	182.988
Instrumentos Financeiros Derivativos		128	-
Operações de Crédito	7	443.268	232.003
Empréstimos e Títulos Descontados		325.649	114.958
Financiamentos		140.085	121.497
Provisões para Operações de Crédito		(22.466)	(4.452)
Outros Créditos		91.203	113.583
Diversos	14	47.382	45.061
Créditos Tributários	24	55.545	69.212
Provisões para Outros Créditos	7	(11.724)	(690)
Outros Valores e Bens	15	828	72.661
Permanente		42.533	37.920
Investimentos		37.560	32.074
No Exterior	9	37.509	32.024
Outros Investimentos		2.628	2.628
Provisão para Perdas		(2.577)	(2.578)
Imobilizado de Uso		3.530	2.919
Intangíveis		1.443	1.399
Diferido		-	1.528
Total do Ativo		4.003.770	3.796.485

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Passivo	Nota Explicativa	Em R\$ Mil	
		Conglomerado Prudencial	
		31/12/2016	31/12/2015
Circulante		2.426.143	2.333.383
Depósitos	10	821.412	344.869
Depósitos à Vista		26.943	55.710
Depósitos Interfinanceiros		105.657	8.381
Depósitos a Prazo		688.812	280.778
Obrigações por Operações Compromissadas	11	343.961	570.657
Carteira Própria		343.961	570.657
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	12	731.599	1.030.076
Obrigações Tit.Vals.Mob. no Exterior		160	143
Obrigações por emissão de Letras de Crédito do Agronegócio		544.807	270.485
Obrigações por Emissão de Letras Financeiras		164.469	712.329
Obrigações por Emissão de Letras de Crédito Imobiliário		22.163	46.688
Captação por Certificados de Operações Estruturada		-	431
Relações Interfinanceiras		-	14
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar		-	14
Relações Interdependências		35.251	45.746
Recursos em Trânsito de Terceiros		35.251	45.746
Obrigações por Empréstimos	13	439.785	238.619
Empréstimos no Exterior		439.785	238.619
Instrumentos Financeiros Derivativos	6	3.766	12.952
Instrumentos Financeiros Derivativos		3.766	12.952
Outras Obrigações		50.369	90.450
Cobrança e Arrecadação de Tributos Assemelhados		1.162	68
Carteira de Câmbio	8	7	
Sociais e Estatutárias		11.637	64.661
Fiscais e Previdenciárias		6.830	6.619
Negociação e Intermediação de Valores		7.305	383
Créditos Cedidos com Coobrigação	7	-	6.197
Diversas		23.428	12.522

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Passivo	Nota Explicativa	Em R\$ Mil	
		Conglomerado Prudencial	
		31/12/2016	31/12/2015
Não Circulante			
Exigível a Longo Prazo		1.001.923	877.113
Depósitos	10	259.141	109.085
Depósitos Interfinanceiros		2.199	3.144
Depósitos a Prazo		256.942	105.941
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	12	463.736	347.487
Obrigações por emissão de Letras de Crédito do Agronegócio		140.329	172.888
Obrigações por Emissão de Letras Financeiras		316.074	164.642
Obrigações por Emissão de Letras de Crédito Imobiliário		7.333	9.957
Obrigações por Empréstimos	13	248.627	392.227
Empréstimos no Exterior		248.627	392.227
Instrumentos Financeiros Derivativos	6	-	71
Instrumentos Financeiros Derivativos		-	71
Outras Obrigações		30.419	28.243
Fiscais e Previdenciárias		10.692	9.068
Sociais e Estatutárias		4.251	4.302
Diversas		15.476	14.873
Resultado de Exercícios Futuros		2.127	900
Patrimônio Líquido	16	573.577	585.089
Capital		469.300	413.131
De Domiciliados no País		469.300	413.131
Ajuste ao Valor de Mercado - TVM e Instrumentos Financeiros		(2.954)	(4.139)
Títulos Disponíveis para Venda		(2.954)	(4.139)
Reservas de Lucros		286.181	356.006
Ações em Tesouraria		(184.469)	(185.809)
Participação de Não Controladores		5.519	5.900
Total do Passivo		4.003.770	3.796.485

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

	Notas Explicativas	Em R\$ Mil		
		Consolidado Prudencial		
		2º Semestre de 2016	31/12/2016	31/12/2015
Receitas da Intermediação Financeira		241.022	399.657	518.569
Operações de Crédito		109.527	219.511	219.605
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	5 e 6	112.145	215.429	174.815
Resultado de Operações de Câmbio	17	19.350	(35.283)	124.149
Despesas da Intermediação Financeira		(194.091)	(299.909)	(417.996)
Operações de Captação no Mercado	17	(154.957)	(223.286)	(350.113)
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	21	(148)	(126.325)	90.834
(Provisão) / Reversão para Créditos de Liquidação Duvidosa	7	(12.262)	(32.945)	(14.770)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	17	(26.724)	82.647	(143.947)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		46.931	99.748	100.573
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(26.138)	(46.657)	(35.434)
Receitas de Prestação de Serviços	18	10.719	18.411	18.745
Despesas de Pessoal		(27.359)	(49.401)	(44.784)
Outras Despesas Administrativas	19	(19.954)	(38.333)	(33.967)
Despesas Tributárias		(5.385)	(8.956)	(8.220)
Resultado de Participações em Controladas	9	15.093	23.520	32.179
Outras Receitas Operacionais		1.091	8.803	2.703
Outras Despesas Operacionais		(343)	(701)	(2.090)
Resultado Operacional		20.793	53.091	65.139
Resultado Não Operacional		(8.241)	(8.494)	(3.950)
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações		12.552	44.597	61.189
Imposto de Renda e Contribuição Social	24	7.570	4.587	6.492
Provisão para Imposto de Renda		(215)	(2.906)	(1.409)
Provisão para Contribuição Social		299	(2.629)	(1.555)
Ativo Fiscal Diferido		7.486	10.122	9.456
Participações de Administradores\Empregados no Lucro		(8.332)	(16.815)	(23.651)
Atribuível a:				
Instituição Líder		11.771	32.750	43.935
Não controladores		19	(381)	95
Lucro Líquido		11.790	32.369	44.030
Lucro por ação		0,06	0,17	0,23

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido do Banco BBM S.A.

Capital	Em R\$ Mil							Total	
	Reservas de Lucros		Mercado de TVM e Derivativos	Ações em Tesouraria	Lucros Acumulados	Total Controladores	Participação de não controladores		
	Legal	Estatutária	Próprios						
Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2015									
Saldos em 1º de Janeiro de 2015	413.131	81.853	265.945	(3.080)	(182.209)			575.640	575.640
Capital									2.950
Reserva de Lucros									2.950
Ajuste ao Valor de Mercado - TVM				(1.059)			(1.059)		(1.059)
Compra de Ações para Tesouraria					(3.600)		(3.600)		(3.600)
Lucro Líquido do Exercício						43.934	43.934	1.324	45.258
Destinações:									-
- Dividendos propostos								(1.324)	(1.324)
- Juros sobre o Capital Próprio de R\$ 0,14 por ação							(35.726)	(35.726)	(35.726)
- Reservas		773	7.435			(8.208)	-		-
Saldos em 31 de Dezembro de 2015	413.131	82.626	273.380	(4.139)	(185.809)		579.189	5.900	585.089
Mutações no exercício		773	7.435	(1.059)	(3.600)		3.549	5.900	9.449
Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2016									
Saldos em 1º de Janeiro de 2016	413.131	82.626	273.380	(4.139)	(185.809)			579.189	585.089
Aumento de Capital	57.942	(57.942)							-
Reserva de Lucros									-
Ajuste ao Valor de Mercado - TVM				1.185			1.185	(381)	1.185
Cisão (Nota 15)	(1.773)		(797)		797		(1.773)		(1.773)
Compra de Ações para Tesouraria					543		543		543
Lucro Líquido do Exercício						32.750	32.750	(381)	32.369
Destinações:									-
- Reservas		1.637	(12.723)			11.086	-	381	381
- Juros sobre o Capital Próprio de R\$ 0,16 por ação						(43.836)	(43.836)		(43.836)
Saldos em 31 de Dezembro de 2016	469.300	26.321	259.860	(2.954)	(184.469)		568.058	5.519	573.577
Mutações no exercício	56.169	(56.305)	(13.520)	1.185	1.340		(11.131)	(381)	(11.512)
Saldos em 1º de Julho de 2016									
Saldos em 1º de Julho de 2016	411.358	82.626	272.979	(3.839)	(184.469)			578.655	584.155
Aumento de Capital	57.942	(57.942)							-
Reserva de Lucros								19	19
Ajuste ao Valor de Mercado - TVM				885			885		885
Compra de Ações para Tesouraria									-
Lucro Líquido do Semestre						11.771	11.771	19	11.790
Destinações:									-
- Dividendos propostos								(19)	(19)
- Reservas		1.637	(13.119)			11.482	-		-
- Juros sobre o Capital Próprio de R\$ 0,08 por ação						(23.253)	(23.253)		(23.253)
Saldos em 31 de Dezembro de 2016	469.300	26.321	259.860	(2.954)	(184.469)		568.058	5.519	573.577
Mutações no semestre	57.942	(56.305)	(13.119)	885	-		(10.597)	19	(10.578)

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

	Em R\$ Mil		
	Conglomerado Prudencial		
	2º Semestre de 2016	31/12/2016	31/12/2015
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:			
Lucro Líquido	11.791	32.369	44.030
Ajustes ao Lucro Líquido	(8.519)	2.229	(30.967)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	12.262	32.945	14.770
Depreciações e Amortizações	769	1.629	1.789
Despesas com Provisões Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	2.589	2.192	2.436
Resultado de Participações em Controladas	(19.148)	(27.575)	(24.516)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos	(7.487)	(10.122)	(9.456)
Ganho/Perda não Realizado de TVM e Derivativos	(2.445)	(2.081)	(7.268)
Atualização de títulos patrimoniais	885	1.185	(1.059)
Ajustes Patrimoniais	4.055	4.055	(7.663)
Lucro Líquido Ajustado	3.272	34.598	13.063
(Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	1.192	2.413	4.641
(Aumento) em TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	352.246	33.668	(1.045.048)
Redução em Relações Interfinanceiras e Interdependências	(25.951)	(10.564)	7.601
(Aumento)/Redução em Operações de Crédito	(153.592)	(267.126)	44.453
(Redução)/Aumento em Depósitos	353.308	626.599	132.421
Aumento em Captações no Mercado Aberto	(335.085)	(226.696)	554.746
Aumento/(Redução) em Recursos de Emissão de Títulos	(89.867)	(182.228)	(159.699)
Aumento/(Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses	48.815	57.566	392.916
Aumento/(Redução) em Resultados de Exercícios Futuros	546	1.227	534
Redução/(Aumento) em Outros Créditos e Outros Valores e Bens	342	(34.409)	5.136
(Redução) em Outras Obrigações	(37.211)	(40.096)	(223.420)
Caixa Líquido Proveniente das / (Utilizado nas) Atividades Operacionais	114.743	(39.646)	(285.719)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:			
Redução de Investimentos	68.467	17.421	29.429
Alienação de Investimento	-	(1.773)	6.046
Alienação de Imobilizado de Uso e de Arrendamento	(1.621)	(2.284)	173
Alienação de Diferido	1.374	1.528	240
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	-	300	1.725
Caixa Líquido Proveniente das / (Utilizado nas) Atividades de Investimentos	68.220	15.192	37.613
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento:			
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(25.383)	(41.712)	(65.969)
Aquisições de Ações em Tesouraria	(1.883)	(1.340)	(3.600)
Caixa Líquido Proveniente das / (Utilizado nas) Atividades de Financiamento	(27.266)	(43.052)	(69.569)
Aumento/Redução Líquida, de Caixa e Equivalentes de Caixa	158.968	(32.909)	(304.612)
Início do Período	197.456	389.333	693.945
Fim do Período	356.424	356.424	389.333
Aumento/Redução Líquida, de Caixa e Equivalentes de Caixa	158.968	(32.909)	(304.612)
Transação não-monetária			
Juros sobre capital próprio	3.255	3.255	27.555
Dividendos deliberados	200	200	1.300

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

1. Contexto Operacional

O Banco BBM S.A. é a instituição líder do Conglomerado Prudencial (Nota 2), estando autorizado a atuar como banco múltiplo através das seguintes carteiras:

- Comercial
- Investimento
- Crédito, Financiamento e Investimento.
- Câmbio

As operações do Conglomerado Prudencial são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, e certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do Grupo Financeiro Banco BBM. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos das estruturas operacionais e administrativas comuns são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

Em fevereiro de 2016, foi aprovada na República Popular da China, a transferência do controle acionário do Banco BBM S.A. para o Bank of Communications Co. Ltd. e em 01 de novembro de 2016, esta aprovação se deu pelo Banco Central do Brasil.

Após estas aprovações regulatórias, em 30 de novembro de 2016, o Bank of Communications Co., Ltd. ("BoCom"), adquiriu 80% das ações representativas do total de ações ordinárias em circulação do Banco BBM e 80% do total de ações preferenciais em circulação do Banco BBM, representando, conseqüentemente, 80% do total de ações do capital social do Banco BBM em circulação. Aproximadamente 20% das ações do Banco permanecem com o anterior grupo controlador do Banco BBM.

Em 20 de fevereiro de 2017 a transferência do controle societário foi publicada no Diário Oficial pelo Banco Central do Brasil.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras e Critérios de Consolidação

As demonstrações Financeiras do Conglomerado Prudencial foram elaboradas com o propósito de atender às determinações da Resolução nº 4.280/2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e da Circular Nº 3.701/2015, do Banco Central do Brasil – BACEN, não devendo assim serem confundidas com o conjunto de "Demonstrações Financeiras Consolidadas BrGaap", emitidas em 06/03/2017, as quais são elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, em consonância com as normas e instruções do CMN, do BACEN, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e das práticas contábeis adotadas no Brasil.

A elaboração de demonstrações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: provisão para créditos de liquidação duvidosa, ativos fiscais diferidos, provisão para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis, valorização de instrumentos financeiros, ativos e passivos relacionados a benefícios pós-emprego a empregados e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras e Critérios de Consolidação (Continuação)

As Demonstrações Financeiras Consolidadas foram elaboradas em consonância com os critérios de consolidação normatizados pela Resolução nº 4.280/2013 do Banco Central do Brasil - BACEN, em que são incluídas as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

No processo de consolidação das instituições integrantes do Conglomerado Prudencial foram ajustadas, na data-base, para que, na avaliação e no reconhecimento de ativos, passivos, receitas e despesas dessas entidades, sejam aplicadas as mesmas classificações, critérios, procedimentos e políticas contábeis utilizadas pela instituição líder, complementada com as eliminações:

Das participações no capital, reservas e resultados acumulados mantidos entre as instituições, cabendo ressaltar que não existem participações recíprocas;

- Dos saldos de contas correntes e outros integrantes do Ativo e/ou Passivo mantidos entre as instituições, cujos balanços patrimoniais foram consolidados; e
- Dos efeitos no resultado decorrentes das transações significativas realizadas entre essas instituições.

O consolidado Conglomerado Prudencial abrange as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 das seguintes instituições:

Banco BBM S.A. e Agência Nassau

BBM Bank Ltd. (a)

BACOR Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. (b)

BBM Administração de Recursos DTVM S.A. (c)

ESTRUTURA II – Fundo de Investimento Imobiliário – FII (d)

Bahia Fund (a)

- (a) A participação indireta de 100% do Banco BBM S.A. no capital do BBM Bank Ltd e do Bahia Fund foi eliminada no Conglomerado Prudencial na linha de “Participações em Controladas – The Southern Atlantic Investments Ltd.”. A consolidação o do Bahia Fund ocorreu a partir de março 2015
- (b) O Banco BBM S.A. possui diretamente 100% do capital social destas instituições.
- (c) Em outubro de 2015 o Banco BBM S.A. alienou sua participação direta de 100% no patrimônio da BBM Administração de Recursos DTVM S.A. para a BBM Holding S.A., porém a instituição ainda integra o Conglomerado Prudencial, pois segundo o inciso II do Art.3º da Resolução nº 4.280/2013 estão sobre o mesmo controle.
- (d) Em novembro de 2016 o Banco BBM S.A. alienou sua participação direta de 100% das cotas no ESTRUTURA II – Fundo de Investimento Imobiliário – FII para a BBM Holding S.A.

A administração entende que de acordo com a Circular do BACEN nº 3.701/2015, os critérios de consolidação utilizados atendem adequadamente aos requisitos solicitados. Desta forma, não foram consideradas na consolidação as empresas The Southern Atlantic Investments Ltd. e BBM Investimentos, no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, conforme demonstrado na nota explicativa nº 9.

3. Principais Práticas Contábeis

(a) Resultado das Operações

Apurado pelo regime contábil de competência.

(b) Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

Os Títulos e Valores Mobiliários são classificados, de acordo com a Circular do BACEN nº 3.068, nas seguintes categorias:

- I- Títulos para Negociação;
- II- Títulos Disponíveis para Venda;
- III- Títulos Mantidos até o Vencimento.

Os Títulos classificados nas categorias I e II são ajustados pelo seu valor de mercado, sendo o ajuste dos primeiros contabilizado diretamente no resultado e o ajuste dos segundos contabilizado em conta específica do patrimônio, líquido dos efeitos tributários. Os Títulos classificados como “mantidos até o vencimento” são avaliados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos.

Os Instrumentos Financeiros Derivativos, de acordo com a Circular 3.082 do BACEN, são ajustados ao valor de mercado.

As quotas de fundos de investimento são atualizadas mensalmente com base no valor da quota divulgado pelos Administradores dos fundos onde os recursos são aplicados. A valorização e desvalorização das quotas de fundos de investimento estão apresentadas em “Resultado de operações com Títulos e Valores Mobiliários”.

(c) Ativo Circulante e Não Circulante

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias (em base “pro rata” dia) e cambiais auferidos, deduzidos das correspondentes rendas de realização futura e/ou provisão para perdas. Os saldos com vencimento em até 12 meses (ou 360 dias) estão classificados no ativo circulante.

(d) Permanente

Demonstrado ao custo combinado com os seguintes aspectos:

- Avaliação dos investimentos relevantes em sociedades controladas pelo método de equivalência patrimonial;
- Depreciação do imobilizado de uso e de arrendamento calculada pelo método linear, com base em taxas anuais que refletem a vida útil-econômica dos bens, sendo imóveis de uso - 4%; móveis e utensílios e máquinas e equipamentos - 10% e processamento de dados – 20%.
- Amortização do diferido, representado basicamente por benfeitorias em imóveis de terceiros, pelo prazo de vigência do contrato de aluguel.
- Amortização do intangível calculada de acordo com o prazo de vida útil econômica do ativo.

De acordo com a Resolução nº 3.617/08 do Conselho Monetário Nacional – CMN, as instituições financeiras devem registrar no ativo diferido, exclusivamente, as despesas pré-operacionais e os gastos de reestruturação que contribuirão efetivamente para o aumento do resultado de mais de um semestre social e que não configurem

3. Principais Práticas Contábeis (Continuação)

tão somente redução de custos ou acréscimo na eficiência operacional, facultando a permanência dos saldos existentes em 30 de setembro de 2008 até sua efetiva baixa.

(e) Passivos Circulante e Exigível a Longo Prazo

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias (em base “pro rata” dia) e cambiais incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar. Os saldos com vencimento em até 12 meses (ou 360 dias) estão classificados no Passivo Circulante.

(f) Imposto de Renda e Contribuição Social

A provisão para o imposto de renda é constituída com base no lucro real, à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240 mil. A provisão para contribuição social é constituída à alíquota de 20%.

Os impostos ativos e passivos diferidos decorrentes de diferenças temporárias foram constituídos em conformidade com as Resoluções do Conselho Monetário Nacional – CMN nº 3.059 de 20 de dezembro de 2002 e 3.355 de 31 de março de 2006 e levam em consideração o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentados em estudo técnico de viabilidade. Os impostos diferidos foram constituídos com base na alíquota esperada para o Imposto de Renda de 25% e para a Contribuição Social de 20%.

Em maio de 2015 foi editada a Medida Provisória nº 675, que alterou a alíquota de Contribuição Social sobre Lucro Líquido – CSLL das Instituições financeiras de 15% para 20%. Esse aumento de alíquota entrou em vigor, de acordo com a Medida Provisória, a partir de setembro de 2015 e permanecerá em vigor até dezembro de 2018.

(g) Operações com “swaps”, futuros, termo e opções

Os valores nominais dos contratos são registrados em contas de compensação. Os ajustes diários das operações realizadas no mercado de futuros são registrados como receita ou despesa efetiva quando auferidos ou incorridos. Os prêmios pagos ou recebidos na realização de operações no mercado de opções são registrados nas respectivas contas patrimoniais pelo valor de custo, ajustado pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado. Os valores de mercado das operações de “swap” e de termo são registrados individualmente em contas patrimoniais ativas ou passivas, em contrapartida às respectivas contas de receitas e despesas.

(h) Lucro por Ação

Calculado com base na quantidade de ações em circulação nas datas dos balanços.

(i) Redução ao Valor Recuperável de Ativos (“Impairment”)

De acordo com o CPC 01, aprovado pela Resolução da CMN nº 3.566 de 29 de maio de 2008, com base na análise da Administração, se o valor contábil dos ativos do Banco e suas controladas exceder o seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por “impairment” no seu resultado.

3. Principais Práticas Contábeis (Continuação)

(j) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais, fiscais e previdenciárias são efetuados de acordo com os critérios descritos abaixo:

Contingências ativas – Não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

Contingências passivas – São reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação.

Obrigações legais – fiscais e previdenciárias - Referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado e registrado contabilmente.

No dia 05/12/2016 o Banco BBM S.A. foi citado pelo CADE em um procedimento administrativo que investiga suposta prática de condutas anticompetitivas no mercado onshore de câmbio ocorridas no período entre 2008 e 2012. O Banco, junto com seus assessores jurídicos, está em processo de elaboração de seus argumentos de defesa.

(k) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras são demonstradas pelo custo de aquisição, de aplicação ou de liberação, acrescidos de variações cambiais, monetárias e juros contratualmente pactuados. Quando o valor de mercado for inferior, é efetuada provisão para ajuste do ativo ao valor de realização.

(l) Operações de Crédito

As operações de crédito são demonstradas pelo custo de aquisição, de aplicação ou de liberação, acrescidos de variações cambiais, monetárias e juros contratualmente pactuados. Quando o valor de mercado for inferior, é efetuada provisão para ajuste do ativo ao valor de realização. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para absorver eventuais prejuízos na sua realização e sua constituição leva em conta, além da experiência passada, a avaliação de riscos dos devedores e seus garantidores, bem como características específicas das operações realizadas consoante os requerimentos da Resolução nº 2.682 do Banco Central do Brasil. São registradas a valor presente, calculadas "pro rata dia" com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados, sendo atualizado até o 59º dia de atraso nas empresas financeiras, observada a expectativa do recebimento. A partir do 60º dia, o reconhecimento no resultado ocorre quando do efeito recebimento das prestações. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas anteriormente à renegociação e, no caso de já terem sido baixadas contra provisão, são classificadas como nível H; os ganhos são reconhecidos na receita quando do efetivo recebimento.

(m) Caixa e equivalentes de caixa

São representadas por disponibilidades em caixa, saldos não vinculados mantidos com o Banco Central e ativos financeiros de alta liquidez com vencimentos originais que não chegam a três meses, sujeitos a risco insignificante de mudanças em seu valor justo, e utilizados pelo Grupo para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Conforme nota 4

3. Principais Práticas Contábeis (Continuação)

(n) **Outros valores e Bens**

As operações classificadas com Outros Valores e Bens são operações oriundas de execução de garantias de operações de crédito, que são avaliadas inicialmente pelo saldo remanescente da dívida, e por propriedades para investimento que foram consolidados do Fundo Estrutura II FII em 31 de dezembro de 2015, e que são avaliadas pelo valor justo por meio de laudos de avaliação elaborados por entidades profissionais com qualificação reconhecida, sendo utilizadas técnicas de avaliação.

(o) **Hedge Accounting**

O Banco designou instrumentos financeiros derivativos para proteção contra risco (Hedge) dos valores do principal captado e correspondentes juros devidos.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para mitigar os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado dos ativos e passivos financeiros e que sejam altamente correlacionados no que se refere às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato e considerado efetivo na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são considerados como instrumentos de proteção (hedge) e são classificados de acordo com sua natureza em:

- (a) Hedge de risco de mercado: os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, bem como seus ativos e passivos financeiros relacionados, objeto de hedge, são mensurados a valor justo e têm seus ganhos e perdas, realizados ou não realizados, registrados no resultado; e
- (b) Hedge de fluxo de caixa: os instrumentos classificados nesta categoria são mensurados a valor justo, sendo a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registradas, líquida dos efeitos tributários, em conta destacada no patrimônio líquido. A parcela não efetiva do respectivo hedge é reconhecida diretamente no resultado.

Se o instrumento de proteção vence ou é vendido, cancelado ou exercido, ou quando a posição de proteção não se enquadra nas condições de "hedge accounting", a relação de proteção é terminada.

Os objetivos da gestão de risco dessa operação, bem como a estratégia de proteção de tais riscos durante toda a operação estão devidamente documentados, assim como também são documentadas a avaliação, tanto no início da operação de proteção como de forma contínua, de que os instrumentos financeiros derivativos na operação de proteção são altamente efetivos na compensação de variação no valor justo (marcação a mercado) do item protegido. Um hedge é esperado a ser altamente efetivo se a variação no valor justo ou fluxo de caixa atribuído ao risco que está sendo coberto durante o período na relação de hedge anular de 80% a 125% da variação do risco.

Os instrumentos derivativos usados como proteção bem como o valor da marcação a mercado da captação do objeto de proteção estão divulgados na nota 21.

(p) **Uso de estimativas**

A preparação da demonstração financeira inclui estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor de mercado de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, perdas por redução ao valor recuperável e outras provisões.

3. Principais Práticas Contábeis (Continuação)**(q) Depósitos e Captações no Mercado Aberto**

Os depósitos e captações no mercado aberto são reconhecidos pelos valores das exigibilidades, sendo os encargos exigíveis, quando cabíveis, registrados (em base “pro rata” dia).

4. Caixa e equivalente de caixa

	R\$ mil	
	Consolidado Prudencial	
	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e conta-correntes em Bancos	16.808	28.337
Reservas Livres em espécie com o Banco Central	863	2.715
Aplicações no mercado aberto (a)	210.691	60.001
Aplicações em Moedas Estrangeiras (b)	128.062	298.280
Total	356.424	389.333

(a) Operações compromissadas com vencimento até 90 dias, na data da aplicação.

(b) Depósitos interbancários com vencimento até 90 dias, na data-base das demonstrações financeiras.

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são como se segue:

	R\$ mil	
	Conglomerado Prudencial	
	31/12/2016	31/12/2015
Aplicações no Mercado Aberto	210.691	60.001
Posição Bancada	210.691	60.001
Letras do Tesouro Nacional	207.192	-
Letras Financeiras do Tesouro	3.499	10.000
Notas do Tesouro Nacional - Série B	-	50.001
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	2.963	5.376
Aplicações em Moedas Estrangeiras (*)	128.062	298.280
	341.716	363.657
Ativo circulante	338.753	363.657
Ativo realizável a longo prazo	2.963	-
	341.716	363.657

(*) O montante em aplicações em Moeda estrangeira no Banco e no Consolidado Operacional em dezembro de 2016 e 2015. Refere-se basicamente a operações de Overnight e Time deposits com bancos de primeira linha.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o valor de lastro recebido nas operações compromissadas montavam a R\$ 215.567 mil e R\$ 61.085 mil respectivamente no Banco e no Consolidado Operacional. Os lastros cedidos montavam a R\$ 302.435 mil e R\$ 536.656 mil nos mesmos períodos.

Os resultados com aplicações interfinanceiras de liquidez no Banco e Consolidado Operacional estão demonstrados a seguir:

	Em R\$ Mil		
	Conglomerado Prudencial		
	2º Semestre de 2015	31/12/2016	31/12/2015
Aplicações no Mercado Aberto	8.924	21.523	90.559
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	237	587	1.020
Aplicações em Moedas Estrangeiras	312	581	228
Resultado de Títulos e Valores Mobiliários	9.473	22.691	91.807

6. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

	Em R\$ Mil			
	Conglomerado Prudencial			
	Custo	Mercado	Custo	Mercado
	31/12/2016		31/12/2015	
I-Títulos e Valores Mobiliários	1.718.547	1.719.738	1.760.860	1.760.712
Títulos para Negociação	1.103.480	1.105.067	995.488	995.419
Carteira Própria	804.569	805.022	600.482	600.406
Títulos de Renda Fixa	754.017	754.470	549.656	549.580
Letras Financeiras do Tesouro	3.225	3.217		
Letras do Tesouro Nacional	99.964	99.949	549.656	549.580
Notas do Tesouro Nacional - Série B	147.571	148.131		
Notas do Tesouro Nacional - Série F	503.257	503.173		
Cotas de Fundos de Investimentos	50.552	50.552	50.826	50.826
Cotas Fundos Mútuos Renda Fixa			253	253
Cotas de Fundo em Direitos Creditórios	50.552	50.552	50.573	50.573
Vinculados a Compromissos de Recompra	298.911	300.045	395.006	395.013
Letras do Tesouro Nacional			395.006	395.013
Notas do Tesouro Nacional - Série B	298.911	300.045		
Títulos Disponíveis para Venda	615.067	614.671	765.372	765.293
Carteira Própria	316.710	316.695	368.788	369.164
Títulos de Renda Fixa (*)	316.636	316.496	368.714	368.978
Letras Financeiras do Tesouro	102.057	101.901	54.331	54.336
Letras do Tesouro Nacional			149.955	149.921
Notas do Tesouro Nacional - Série B	1.661	1.667	10.802	10.602
Notas do Tesouro Nacional - Série F	55	55	51	52
Nota Promissória	117.410	117.410	87.397	87.914
Debêntures	95.453	95.463	66.178	66.153
Títulos de Renda Variável	74	199	74	186
Ações de Companhias Abertas	74	199	74	186
Vinculados a Compromissos de Recompra	46.435	46.460	176.169	176.187
Letras Financeiras do Tesouro			103.656	103.669
Notas do Tesouro Nacional - Série B	2.381	2.390	37.948	37.974
Debêntures	44.054	44.070	34.565	34.544
Vinculados a Prestação de Garantias	251.922	251.516	220.415	219.942
Letras Financeiras do Tesouro	251.922	251.516	165.739	165.762
Notas do Tesouro Nacional - Série B			54.676	54.180
II-Instrumentos Financeiros Derivativos	15.664	15.010	15.673	14.808
Operações de Swap	11.148	11.148	1.374	1.252
Termo	4.305	3.752	11.225	11.225
Prêmio de opções	211	110	3.025	2.282
Futuro			49	49
Total de Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	1.734.211	1.734.748	1.776.533	1.775.521
Segregação da Carteira em Faixas de Vencimento:				
Sem Vencimento	74	199	74	186
Até 3 meses	1.231.250	1.232.828	1.186.419	1.186.000
De 3 a 12 meses	68.873	68.276	463.772	463.066
Acima de 12 meses	434.014	433.445	126.268	126.269
Total	1.734.211	1.734.748	1.776.533	1.775.521

6. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos (Continuação)

	Em R\$ Mil			
	Conglomerado Prudencial			
	Custo	Mercado	Custo	Mercado
	31/12/2016		31/12/2015	
III-Instrumentos Financeiros Derivativos				
Posição Passiva	3.793	3.766	12.834	13.023
Operações de Swap	1.963	1.763	3.242	3.864
Termo	1.815	1.988	8.059	8.059
Prêmio de opções	-	-	1.502	1.070
Futuros	15	15	31	31
Segregação em Faixas de Vencimento:				
Até 3 meses	2.877	2.944	9.615	8.882
De 3 a 12 meses	771	822	3.147	4.070
Acima de 12 meses	145	-	71	71
Total	3.793	3.766	12.833	13.023

Os resultados com Títulos e Valores Mobiliários no Banco e Consolidado Operacional estão demonstrados a seguir:

	Em R\$ Mil		
	Conglomerado Prudencial		
	2º Semestre de 2016	31/12/2016	31/12/2015
Cotas de Fundos de Investimentos	3.022	6.436	7.029
Títulos Públicos Federais	77.914	147.197	68.091
Títulos Privados	21.736	39.105	7.888
Resultado de Títulos e Valores Mobiliários	102.672	192.738	83.008

Os valores de mercado dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos são apurados de acordo com as cotações de preço de mercado na data do balanço, quando disponíveis, ou por modelo de avaliação de preços.

(*) Os títulos classificados na categoria de "Títulos para Negociação" com vencimento superior a 12 meses que, em 31 de dezembro de 2016 possuem saldo R\$ 451.391 mil no Banco e no Consolidado Operacional (31 de dezembro 2015 R\$ 145.016 mil) no Banco e no Consolidado Operacional, estão apresentados no ativo circulante conforme determinado pela Circular BACEN nº 3.068/01. Os títulos classificados na categoria "Títulos Disponíveis para Venda" com vencimento superior a 12 meses, no montante de R\$ 181.800 mil em 31 de dezembro de 2016 (31 de dezembro de 2015 R\$ 37.286 mil), no Banco e no Consolidado Operacional, estão apresentados no Ativo Realizável a Longo Prazo, conforme determinado pela Circular do BACEN nº 3.068/01, independentemente de seu grau de liquidez. O efeito dessa classificação no capital circulante líquido está demonstrado na Nota Explicativa nº 22 - Risco de Liquidez.

7. Operações de Crédito, Avais e Fianças.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as operações de crédito, de arrendamento mercantil e as garantias concedidas através de contratos de avais e fianças no Conglomerado Prudencial, segregadas de acordo com a atividade econômica dos clientes, são como se segue:

Atividade Econômica	Conglomerado Prudencial			
	31/12/2016		31/12/2015	
Açúcar e Alcool	328.297	17,15%	185.366	12,02%
Agricultura	298.311	15,59%	284.423	18,44%
Comércio Varejista	188.016	9,82%	164.149	10,64%
Concessões de energia	132.068	6,90%	67.207	4,36%
Serviços Especializados	114.638	5,99%	50.957	3,30%
Química e Petroquímica	104.707	5,47%	160.143	10,38%
Construção Imobiliária	91.921	4,80%	137.398	8,91%
Farmacêutico	83.339	4,35%	34.599	2,24%
Bens de capital	80.237	4,19%	35.097	2,28%
Alimentos Diversos	59.245	3,10%	15.870	1,03%
Frigorífico	55.284	2,89%	90.098	5,84%
Óleo e Gás	54.233	2,83%	65.988	4,28%
Papel e Celulose	46.957	2,45%	33.147	2,15%
Têxtil e Couro	42.849	2,24%	17.754	1,15%
Comércio Exterior	33.844	1,77%	32.614	2,11%
Aviação Civil	29.337	1,53%	10.659	0,69%
Concessões de Transporte	24.999	1,31%		
Transporte e Logística	24.142	1,26%	28.220	1,83%
Veículos e Peças	20.554	1,07%	28.806	1,87%
Bancos e Seguradoras	19.141	1,00%	43.878	2,85%
Concessões de água e Saneamento	18.485	0,97%		
Material de Construção	16.443	0,86%	9.962	0,65%
Informática	10.819	0,57%		
Construção Civil	10.636	0,56%		
Construção Pesada	9.624	0,50%	36.436	2,36%
Outras indústrias	6.550	0,34%		
Pessoa Física	4.383	0,23%	3.900	0,25%
Metalurgia	4.235	0,22%	2.894	0,19%
Tecnologia	715	0,04%		
Bebida			2.510	0,16%
Total	1.914.008	100%	1.542.075	100%

7. Operações de Crédito, Avais e Fianças (Continuação)

As operações de crédito estão apresentadas nos balanços patrimoniais do Conglomerado Prudencial da seguinte forma:

	Em R\$ Mil	
	31/12/2016	31/12/2015
Ativo Circulante		
Operações de Crédito	909.424	894.315
Setor Privado	901.848	894.315
Setor Público	7.576	
Outros Créditos	14.848	11.357
Carteira de Câmbio - Rendas a Receber (a)	10.798	8.665
Títulos e Créditos a Receber (b)	4.050	2.692
Não Circulante		
Operações de Crédito	465.734	236.455
Setor Privado	454.825	236.455
Setor Público	10.909	
Outros Créditos	152	241
Títulos e Créditos a Receber (b)	152	241
Passivo Circulante		
Outras Obrigações	381.372	260.144
Carteira de Câmbio - Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio (a)	381.372	260.144
Sub-total	<u>1.771.530</u>	<u>1.402.512</u>
Coobrigações e Riscos em Garantias Prestadas (c)	142.479	139.563
Total	<u>1.914.008</u>	<u>1.542.075</u>

7. Operações de Crédito, Avais e Fianças (Continuação)

- (a) As Operações de Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio e as respectivas Rendas a Receber encontram-se apresentadas como conta redutora de Outras Obrigações – Carteira de Câmbio e na rubrica Outros Créditos – Carteira de Câmbio, respectivamente, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 8.
- (b) Referem-se, inclusive a carteira de ACC baixado.
- (c) Referem-se a garantias concedidas através de avais e fianças. As garantias concedidas são registradas em contas de compensação e os respectivos rendimentos são classificados em Resultado de Exercícios Futuros e apropriados ao resultado do exercício de acordo com os prazos contratuais das garantias. Incluem ainda, no Banco, garantias prestadas para operações de crédito do BBM Bank Limited, que são eliminadas no Conglomerado Prudencial.

A provisão para operações de crédito foi calculada de acordo com os critérios estabelecidos pelas Resoluções nº 2.682 e nº 2.697, do Conselho Monetário Nacional, baseando-se na classificação de risco das operações e no nível de atraso das mesmas.

A classificação das operações de crédito no Conglomerado Prudencial pode ser demonstrada conforme o quadro abaixo:

		Em R\$ Mil												
		31/12/2016										31/12/2015		
		Vencidas em dias					A vencer em dias							
Nível de risco	risco	Até 14	De 15 a 60	De 61 a 90	De 91 a 180	De 180 a 360	Até 90	De 91 a 180	De 181 a 360	Acima de 360	Total	PDD	Total	PDD
	AA						24.725	26.455	122.898	149.374	323.452		298.517	
	A	387					158.952	247.386	314.659	130.247	851.631	4.258	660.679	3.303
	B						78.187	92.474	194.325	126.440	491.426	4.514	324.967	3.250
	C	86	721				18.918	34.886	29.499	66.495	150.605	4.518	212.615	6.378
	D			21.732			577	545	674	1.279	24.807	2.481		
	E						5.267				5.267	1.580	5.282	1.585
	F			3.338			289	440	767	17.975	22.810	14.279	20.496	11.566
	G		361		542		369	602	1.805	23.657	27.336	19.858		
	H			1.232	3.697	10.047	8	24	12	1.653	16.674	16.674	19.519	19.519
		473	1.082	26.303	4.239	10.047	287.292	402.813	664.639	517.121	1.914.008	68.163	1.542.075	45.601

7. Operações de Crédito, Avais e Fianças (Continuação)

A provisão acima está apresentada no balanço patrimonial do Conglomerado Prudencial conforme se segue:

	Em R\$ Mil	
	31/12/2016	31/12/2015
Provisão para Operações de Crédito	50.089	40.625
Ativo Circulante	27.623	35.483
Não Circulante	22.466	5.142
Provisão para Outros Créditos		
Provisão para Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio	3.463	4.677
Ativo Circulante	3.452	4.677
Não Circulante	11	
Provisão para Coobrigações e Riscos em Garantias Prestadas	14.611	299
Ativo Circulante	2.898	299
Não Circulante	11.713	
Total	68.163	45.601

A movimentação da provisão pode ser demonstrada como se segue:

	Em R\$ Mil	
	31/12/2016	31/12/2015
Saldo em 1º de janeiro	45.601	43.028
Constituição / (Reversão)	32.933	14.770
Baixa para Prejuízo	(10.371)	(12.197)
Total	68.163	45.601

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram renegociadas operações no Conglomerado Prudencial no montante de R\$ 39.523 mil (exercício findo em 31 de dezembro de 2015 R\$ 47.474 mil).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram recuperadas operações no Conglomerado Prudencial no montante de R\$ 6.328 mil (exercício findo em 31 de dezembro de 2015 R\$ 5.542 mil).

7. Operações de Crédito, Avais e Fianças (Continuação)

No exercício findo em 31 de dezembro 2016 o Conglomerado Prudencial não realizou operações de venda ou transferência de ativos financeiros em que houve a retenção dos riscos de crédito dos ativos financeiros transferidos, contabilizados conforme quadro abaixo. Tais operações foram feitas no âmbito das circulares 3.569/11 e 3.712/14 do BACEN, que tratam das regras do recolhimento compulsório sobre recursos a prazo e o saldo do recolhimento a ser remunerado, respectivamente. Desta forma, tais operações de crédito cedidas foram utilizadas para redução do saldo de recolhimento compulsório da instituição financeira cessionária.

Cessões de Créditos - Retenção Substancial de Riscos					
Em R\$ Mil					
Ativo	31/12/2016	31/12/2015	Passivo	31/12/2016	31/12/2015
Operações de Crédito			Outras Obrigações		
Capital de Giro		5.933	Outras Obrigações		6.197
Total		5.933	Total		6.197

As operações de venda ou transferência de ativos sem retenção substancial de riscos e benefícios no exercício findo em 31 de dezembro 2016 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 estão compostas da seguinte forma:

	Em R\$ Mil	
	31/12/2016	31/12/2015
Quantidade de Contratos	32	13
Montante da cessão	57.733	132.284
Valor contábil líquido de provisão	61.859	112.095
Resultado auferido nas cessões	(4.126)	20.186

A concentração do risco de crédito no Conglomerado Prudencial é assim demonstrada:

	Em R\$ Mil			
	31/12/2016	%	31/12/2015	%
Principal devedor	83.116	4,3%	61.607	4,0%
10 maiores devedores	465.125	24,3%	363.835	23,6%
20 maiores devedores	747.393	39,0%	578.464	37,5%
50 maiores devedores	1.324.885	69,2%	1.056.009	68,5%
100 maiores devedores	1.790.373	93,5%	1.446.174	93,8%

7. Operações de Crédito, Avais e Fianças (Continuação)

A composição da carteira de crédito por modalidade no Conglomerado Prudencial é apresentada da seguinte forma:

	Em R\$ Mil	
	31/12/2016	31/12/2015
Capital de Giro	821.688	658.934
Trade Finance	423.222	293.547
Notas de Crédito de Exportação	413.085	391.998
Coobrigações	142.479	58.033
Outros	113.534	139.563
Total	1.914.008	1.542.075

8. Carteira de Câmbio

	Em R\$ Mil	
	31/12/2016	31/12/2015
Outros Créditos - Carteira de Câmbio		
Câmbio Comprado a Liquidar	375.196	281.414
Financeiro	7	-
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos (a)	10.798	8.665
Total	386.001	290.079
Outras Obrigações - Carteira de Câmbio		
Câmbio Vendido a Liquidar	7	-
Obrigações por Compras de Câmbio	384.816	260.144
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio Concedidos (a)	(384.816)	(260.144)
Total	7	-

(a) Vide Nota Explicativa nº 7.

Em 31 de dezembro de 2016, havia títulos públicos federais depositados como garantia de operações de câmbio na Clearing de Câmbio da BM&F Bovespa S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros no montante de R\$ 69.159 mil (2015 – R\$ 63.615 mil)

9. Investimentos – Participações em Controladas

	Em R\$ Mil				
	Valor Contábil do Investimento		Resultado de Participações em Controladas		
	31/12/2016	31/12/2015	2º Semestre de 2016	31/12/2016	31/12/2015
The Southern Atlantic Investments Ltd. (a)	37.509	32.024	14.779	27.575	28.937
BBM Investment Management Services (b)				-	241
Outros (c)			314	(4.055)	3.001
Total	37.509	32.024	15.093	23.520	32.179

- (a) A participação indireta de 100% do Banco BBM S.A. no capital do BBM Bank Ltd foi eliminada no Conglomerado Prudencial na linha de “Participações em Controladas – The Southern Atlantic Investments Ltd.”. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, esta eliminação produziu os seguintes efeitos na Consolidação Operacional: redução do investimento permanente em R\$ 219.619 mil (31 de dezembro 2015 – R\$ 223.276 mil), e redução no resultado de equivalência patrimonial em R\$ 4.852 mil (31 de dezembro 2015 – R\$ 2.344 mil).
- (b) A empresa BBM Investment Management Services, sediada em Cayman Islands, foi constituída em março de 2006 através da integralização de capital no montante de US\$ 50 mil, com o objetivo de efetuar a gestão da carteira de fundos de investimento no mercado internacional. A empresa foi encerrada em 06 de maio de 2015, por decisão da alta administração. O resultado no período foi de R\$ 241 mil referentes a resultado de variação cambial.
- (c) No resultado de participação “Outros”, no Conglomerado Prudencial, estão apresentados, principalmente, as variações patrimoniais das controladas, as quais não são eliminadas, tais como variação cambial das participações no exterior, atualização de títulos patrimoniais e ajustes de exercícios anteriores, quando aplicável.

10. Depósitos

Faixas de Vencimento	Em R\$ Mil			
	Depósitos a Prazo	Depósitos Interfinanceiros	Total 31/12/2016	Total 31/12/2015
Até 1 mês	144.253	-	144.253	102.395
De 1 a 3 meses	102.951	100.440	203.391	2.888
De 3 a 6 meses	146.671	4.491	151.162	58.426
De 6 a 12 meses	294.937	726	295.663	125.450
Acima de 12 meses	256.942	2.199	259.141	109.085
Sub-total	945.754	107.856	1.053.610	398.244
Depósitos à Vista e outros depósitos			26.943	55.710
Total			1.080.553	453.954

O prazo médio de emissão dos depósitos interfinanceiros e a prazo, para as operações em aberto em 31 de dezembro de 2016, no Consolidado Operacional, é de 199 dias e 475 dias (31 de dezembro de 2015 – 1.017 e 484 dias), respectivamente.

Prazos de Vencimento quando da Emissão	Em R\$ Mil			
	Depósitos a Prazo	Depósitos Interfinanceiros	Total 31/12/2016	Total 31/12/2015
Até 1 mês	25.506		25.506	98.954
De 1 a 3 meses	25.463	100.231	125.694	10
De 3 a 6 meses	45.959		45.959	25.709
De 6 a 12 meses	160.236	4.111	164.347	76.076
Acima de 12 meses	688.590	3.514	692.104	197.494
Sub-total	945.754	107.856	1.053.610	398.244
Depósitos à Vista e outros depósitos			26.943	55.710
Total			1.080.553	453.954

A composição por segmento do Conglomerado Prudencial apresenta-se da seguinte forma:

	Em R\$ Mil									
	Depósitos à Vista		Depósitos a Prazo		Depósitos Interfinanceiros		Total			
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015		
Pessoas Jurídicas	22.161	43.488	152.545	163.285			174.706	16,17%	206.773	45,55%
Clientes Institucionais	5	2.090	520.769	154.394			520.774	48,20%	156.483	34,47%
Grupo	1.809	1.857	199.642	61.249		5.291	201.451	18,64%	63.106	13,90%
Instituições Financeiras	328	4	58.310	2.298	107.856	11.525	166.494	15,41%	13.826	3,05%
Pessoas Físicas	2.640	8.272	14.488	5.493			17.128	1,59%	13.766	3,03%
Total	26.943	55.712	945.754	386.719	107.856	16.816	1.080.553	100%	453.954	100%

10. Depósitos (Continuação)

	Em R\$ Mil			
	31/12/2016		31/12/2015	
Principal depositante	177.238	16,40%	98.386	19,99%
10 maiores depositantes	579.128	53,60%	271.082	59,44%
20 maiores depositantes	740.043	68,49%	334.013	73,24%
50 maiores depositantes	926.632	85,76%	414.562	90,90%
100 maiores depositantes	1.031.347	95,45%	444.990	97,57%

11. Obrigações por Operações Compromissadas

As obrigações por operações compromissadas no Conglomerado Prudencial estão compostas da seguinte forma:

	Em R\$ Mil	
	Consolidado Operacional	
	31/12/2016	31/12/2015
Carteira Própria	343.961	570.657
Letras Financeiras do Tesouro		103.311
Letras do Tesouro Nacional		394.778
Notas do Tesouro Nacional - Série B	300.047	37.841
Debêntures	43.915	34.727
	343.961	570.657

12. Recursos de Aceites e Emissão de Títulos e Recursos de letras imobiliárias

O Banco BBM possui uma emissão de Eurobônus no valor de R\$ 261.292 mil, em Dezembro de 2016 (Dezembro de 2015 R\$ 267.207 mil), adquiridos pela The Southern Atlantic Investments Ltd, empresa não incluída no Conglomerado Prudencial. Em 31 de janeiro de 2015 foram emitidos U\$\$ 50.000 mil com vencimento em 31 de janeiro de 2018, em 28 de dezembro de 2015, foram emitidos U\$\$ 30.000 mil com vencimento em 31 de janeiro de 2019.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as captações em Letras de Crédito do Agronegócio (LCA), Letras de Crédito Imobiliário (LCI), Letras Financeiras (LF) e Certificado de operações estruturadas (COE) estavam segregadas por faixa de vencimento como se segue:

Em R\$ Mil								
Conglomerado Prudencial								
Vencimento	LCA (a)		LCI (b)		LF (c)		COE (d)	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Até 1 mês	22.807	6.474	990	8.688	24.453	2.571		
De 1 a 3 meses	77.103	21.761	1.131	3.533	97.988	245.204		
De 3 a 6 meses	156.360	68.801	822	9.131	32.406	57.861		
De 6 a 12 meses	288.537	173.449	19.220	25.336	9.622	406.693		431
Acima de 12 meses	140.329	172.888	7.333	9.957	316.074	164.642		
Total	685.136	443.373	29.496	56.645	480.543	876.971		431

- (a) A Letra de Crédito do Agronegócio (LCA) é emitida pelo Banco sob a forma escritural na CETIP S.A. – Mercados Organizados ou na BM&F Bovespa S.A - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, sob a Lei nº 11.076/2004 e Lei nº 11.311/2006 e alterações posteriores.
- (b) A Letra de Crédito Imobiliário (LCI), é um título de crédito nominativo criado pela MP 2.223 de 04/09/2011, que resultou na Lei 10.931 de 02/08/2004.
- (c) A Letra Financeira (LF) é emitida pelo Banco sob a forma escritural na CETIP S.A. – Mercados Organizados, sob a Lei no. 12.249/10 (Seção II, artigos 37 a 43), e regulamentada pelo CMN (Lei no. 3.836).
- (d) O certificado de operações estruturadas (COE) é de emissão exclusiva de bancos e caixas econômicas, instituído pela Lei nº 12.249/10 é emitido exclusivamente sob a forma escritural, mediante registro em sistema autorizado.

13. Obrigações por Empréstimos e Repasses

a) Obrigações por Empréstimos no Exterior

As obrigações por empréstimos no exterior no Conglomerado Prudencial são compostas conforme se segue:

	Em R\$ Mil	
	Conglomerado Prudencial	
	31/12/2016	31/12/2015
Obrigações por Empréstimos no Exterior	526.999	392.227
Linha de Crédito de Exportação	150.595	238.619
Linha de Crédito de Importação	10.818	
	688.412	630.846
Passivo Circulante	439.785	238.619
Exigível a Longo Prazo (a)	248.627	392.227
	688.412	630.846

- (a) O montante de R\$ 248.627 mil no Conglomerado Prudencial em dezembro de 2016 (31 de dezembro de 2015 – R\$ 317.969 mil), classificado no Exigível a Longo Prazo, refere-se a uma operação de captação em dólares tomadas junto ao “International Finance Corporation” (IFC), órgão do Banco Mundial, com vencimento em dezembro de 2019. O montante de R\$ 223.764 mil indexados à taxa de juros pós-fixados semestrais de “libor” seis meses mais 2,70% a.a. e R\$ 24.862 mil “libor” seis meses mais 2,40% a.a., com vencimento em dezembro de 2017.

14. Outros Créditos / Diversos

	Em R\$ Mil	
	Conglomerado Prudencial	
	31/12/2016	31/12/2015
Devedores por Depósitos em Garantia	47.230	45.118
Impostos e Contribuições a Compensar	7.350	3.894
Títulos de Créditos e valores a receber	2.006	2.933
Devedores Diversos - Exterior	15.700	41
Devedores Diversos - País	7.125	2.919
Adiantamentos - Salariais e imobilizações	328	175
	79.739	55.080
Circulante	32.357	10.019
Realizável a Longo Prazo	47.382	45.061
	79.739	55.080

15. Outros Valores e Bens

	Em R\$ Mil	
	Conglomerado Prudencial	
	31/12/2016	31/12/2015
Outros Valores e Bens	14.369	75.186
Imoveis	12.726	1.002
Terrenos	-	71.811
Outros	1.643	2.373
	14.369	75.186
Ativo Circulante	13.541	2.525
Não Circulante	828	72.661
	14.369	75.186

16. Patrimônio Líquido

(a) Capital Social – Banco BBM S.A.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 13 de outubro de 2016, foi aprovado o aumento do capital social no montante de R\$ 57.942 mil mediante utilização de parte das reservas de lucros com a emissão de 25.746.362 ações nominativas, sendo 17.209.181 ações ordinárias e 8.537.181 ações preferenciais, pelo valor nominal de R\$ 2,250506588 cada uma. Desta forma, o capital social passa a ser composto de 282.201.085 ações nominativas, com valor nominal de R\$ 1,60 cada uma, sendo 188.626.652 ações ordinárias e 93.574.433 ações preferenciais. Esse aumento de capital foi homologado pelo BACEN em 22 de novembro de 2016.

(b) Reserva Legal

Constituída à alíquota de 5% do lucro líquido apurado em cada balanço, até atingir o limite previsto na legislação societária de 20% do Capital Social.

(c) Reserva Estatutária

De acordo com o estatuto social, é constituída pelo saldo remanescente do lucro líquido apurado no balanço, após as destinações legais.

(d) Ações em Tesouraria

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 01 de outubro de 2015 foi deliberada e aprovada o cancelamento de 738.799 ações ON e 366.512 ações PN em tesouraria. Em decorrência desse fato, o saldo em ações em tesouraria e Reserva estatutária foram reduzidos em R\$ 797.

No exercício de dezembro de 2016, foi revertido um montante de R\$ 543 referente ao complemento de preço das ações recompradas para a tesouraria em 28 março de 2011. No contrato, o comprador Banco BBM S.A. assume, a obrigação futura de pagar ao vendedor um valor calculado com base na receita auferida com a recuperação de uma operação de crédito específica, determinada neste contrato.

Em 31 de dezembro de 2016, o Banco BBM possui 93.574.433 ações para manutenção em tesouraria no valor de R\$ 184.469 mil.

(e) Juros sobre o Capital Próprio

Em conformidade com o disposto no artigo 9º da Lei nº 9.249/95 e regulamentação posterior, o Banco BBM S.A., no exercício de 2016, declarou a título de juros sobre o capital próprio o montante de R\$ 43.836 mil (exercício de 2015 – R\$ 35.726 mil), tendo sido retido na fonte imposto de renda de R\$ 6.875 mil (exercício de 2015 - R\$ 5.359 mil), calculado à alíquota de 15%. O referido valor foi determinado de acordo com os limites legais em vigor e classificado nos registros oficiais no grupo “Outras Despesas Operacionais”.

Para fins de publicação da demonstração de resultado, conforme estabelecido pela Circular nº 2.739 do BACEN, a despesa incorrida relativa ao pagamento de juros sobre o capital próprio foi objeto de ajuste mediante reclassificação para lucros acumulados, sendo apresentada na demonstração das mutações do patrimônio líquido como destinação do resultado.

Os juros sobre o capital próprio proposto no exercício de 2016 reduziram o encargo fiscal em R\$ 19.726 mil (Exercício de 2015 – R\$ 16.077 mil).

16. Patrimônio Líquido (Continuação)

(f) **Cisão Parcial**

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 01 de outubro de 2015, foi deliberada e em 10 de março de 2016 aprovada pelo Banco Central do Brasil a Cisão Parcial do Banco BBM S.A. em favor da Abaeté Administração de BensPróprios S.A. Em consequência, o Ativo, bem como o Patrimônio Líquido do Banco BBM S.A., foram reduzidos em R\$ 1.773 mil, avaliados por seus respectivos valores contábeis.

(g) **Dividendos**

De acordo com o estatuto social, é assegurado aos acionistas dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, após as destinações específicas.

	Em R\$ Mil	
	31/12/2016	31/12/2015
Lucro líquido do exercício - Banco BBM S.A.	32.750	43.935
(-) Reserva Legal	(1.618)	(773)
Base de cálculo	31.132	43.162
Dividendos mínimos obrigatórios (a)	25%	25%
	7.783	10.791
Dividendos Deliberados e Pagos		
Juros Sobre Capital Próprio Deliberados	43.836	35.726
Dividendos Propostos		
Total	43.836	35.726

(a) Os dividendos mínimos obrigatórios foram deliberados a título de Juros sobre Capital Próprio.

17. Despesas da Intermediação Financeira e Resultado de Operações de Câmbio

	Em R\$ Mil		
	Conglomerado Prudencial		
	2º Semestre de 2016	31/12/2016	31/12/2015
Operações de Captação no Mercado			
Depósitos Remunerados no Exterior	-	-	(14)
Depósitos Interfinanceiros	(1.477)	(3.811)	(894)
Depósitos a Prazo	(48.278)	(74.568)	(22.564)
Depósitos Aviso Prévio	-	(2)	-
Operações Compromissadas	(34.756)	(44.735)	(13.381)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	(33.804)	(64.227)	(45.879)
Despesas de Letras de Crédito Imobiliário	(1.935)	(5.257)	(8.667)
Despesas de Letras Financeiras	(28.891)	(81.724)	(142.706)
Despesas com Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	(4.686)	(4.921)	(193)
Fundo Garantidor de Créditos	(1.111)	(1.669)	(1.091)
Despesas de Obrigações por Op. Vinculadas a Crédito Cedido	-	(34)	(9.670)
Despesas de Certificados de Operações estruturada	(20)	(133)	(819)
Variação Cambial (a)	-	57.794	(104.235)
	(154.957)	(223.286)	(350.113)
Operações de Empréstimos Cessões e Repasses			
Despesas de Empréstimos no Exterior	(1.416)	(6.081)	(66.588)
Variação Cambial (a)	(25.308)	88.728	(77.359)
	(26.724)	82.647	(143.947)
Resultado de Operações de Câmbio			
Receitas de Adiantamentos de Contratos de Câmbio	15.413	27.211	25.699
Variação e Diferenças de Taxas	4.067	(62.222)	98.686
Outras Despesas	(130)	(272)	(236)
	19.350	(35.283)	124.149

(a) Refere-se substancialmente aos efeitos de variação cambial sobre os empréstimos obtidos pelo Banco junto à sua Agência no exterior, através de repasse de recursos captados em moeda estrangeira.

18. Receitas de Prestação de Serviços

	Em R\$ Mil		
	Conglomerado Prudencial		
	2º Semestre de 2016	31/12/2016	31/12/2015
Taxas de Administração e Performance de Fundos de Investimento	4.018	7.235	15.666
Outros Serviços	6.701	11.176	3.079
	10.719	18.411	18.745

19. Outras Despesas Administrativas

	Em R\$ Mil		
	Conglomerado Prudencial		
	2º Semestre de 2016	31/12/2016	31/12/2015
Serviços Técnicos Especializados	(3.171)	(6.298)	(5.939)
Aluguéis	(2.649)	(4.785)	(4.673)
Outras Despesas Administrativas	(3.776)	(7.052)	(4.670)
Serviços do Sistema Financeiro (a)	(1.790)	(3.234)	(3.333)
Amortização e Depreciação	(923)	(1.631)	(1.816)
Processamento de Dados	(1.247)	(2.460)	(2.890)
Comunicações	(1.071)	(2.066)	(1.798)
Viagem	(1.426)	(2.418)	(1.895)
Serviços de Terceiros	(1.277)	(3.630)	(2.676)
Manutenção e Conservação de Bens	(692)	(1.386)	(1.419)
Promoções / Propaganda / Publicações	(1.251)	(1.624)	(848)
Água, Energia e Gás	(335)	(851)	(935)
Transporte	(237)	(370)	(669)
Material	(59)	(310)	(102)
Serviços de Vigilância e Segurança	(11)	(22)	(41)
Despesas de multas	(13)	(23)	(36)
Despesas de Seguros	(23)	(31)	-
Despesas de Taxa de Administração do Fundo	-	(142)	(227)
	(19.954)	(38.333)	(33.967)

(a) Inclui despesas de corretagens, emolumentos e comissões relacionadas às operações de fiança, com instrumentos financeiros derivativos no Conglomerado Prudencial no montante de R\$ 871 mil. No exercício de 2016 (exercício de 2015 – R\$ 1.004 mil)

20. Transações Relevantes com Partes Relacionadas

	Em R\$ Mil	
	Conglomerado Prudencial	
	31/12/2016	31/12/2015
Ativo		
Instrumentos Financeiros Derivativos		11.225
The Southern Atlantic Investments Ltd		11.225
Passivo		
Depósitos à Vista	2.021	10.025
Ravenala S.A.		8
Évora S.A.	10	10
The Southern Atlantic Investments Ltd	1.525	524
Outras pessoas físicas/jurídicas ligadas	486	9.483
Depósitos Interfinanceiros	5.562	
BBM Administração de Recursos DTVM S.A.	5.562	
Depósitos a Prazo	200.802	63.286
Ravenala S.A.		5.583
Évora S.A.	2.852	55.666
The Southern Atlantic Investments Ltd	19.552	
Outras pessoas físicas/jurídicas ligadas	178.398	2.037
Letras Financeiras	4.672	58.208
Outras pessoas físicas/jurídicas ligadas	4.672	58.208
Letras de Crédito do Agronegócio	273.480	249.307
Outras pessoas físicas/jurídicas ligadas	273.480	249.307
Letras de Crédito Imobiliário	28.475	1.869
Outras pessoas físicas/jurídicas ligadas	28.475	1.869
Debêntures	12.935	
Outras pessoas físicas/jurídicas ligadas	12.935	
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	160	143
The Southern Atlantic Investments Ltd	160	143
Instrumentos Financeiros Derivativos	1.706	
The Southern Atlantic Investments Ltd	1.706	
Dividendos e Bonificações a Pagar	3.255	7.433
Juros sobre Capital Próprio creditado a acionistas	3.255	7.433
Sociais e Estatutárias	5.814	7.906
Gratificações a pagar para administradores	5.814	7.906
Diversas	15.198	103
The Southern Atlantic Investments Ltd	15.198	103

20. Transações Relevantes com Partes Relacionadas (Continuação)

	Conglomerado Prudencial		
	2º Semestre de 2016	31/12/2016	31/12/2015
Resultado			
Rendas de Aplicações no Exterior	143	127	(789)
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	(9.746)	(78.251)	93.862
The Southern Atlantic Investments Ltd	(9.746)	(78.251)	93.862
Rendas de Aplicações de Fundos de Investimentos	(402)	4.787	(249)
Fundo Imobiliário Estrutura II - FII	(402)	4.787	
Fundo Estrutura III - FIP			(249)
Resultado com Cessão de Crédito			19.369
Évora S.A.			19.369
Operações de Captação no Mercado	(28.644)	34.229	(148.684)
Despesas com Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	(6.102)	84.035	(104.429)
The Southern Atlantic Investments Ltd	(4.686)	52.873	(104.429)
BBM Nassau Branch	(1.416)	31.162	
Despesas com Depósitos a Prazo	(4.793)	(8.510)	(2.163)
Ravenala S.A.		(354)	(617)
Évora S.A.		(3.189)	(1.189)
Participações Industriais do Nordeste S.A.			(253)
Outras pessoas físicas/jurídicas ligadas	(4.793)	(4.967)	(105)
Despesas de Letras Financeiras	(1.652)	(6.017)	(13.522)
Outras pessoas físicas/jurídicas ligadas	(1.652)	(6.017)	(13.522)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	(14.495)	(31.068)	(23.243)
Outras pessoas físicas/jurídicas ligadas	(14.495)	(31.068)	(23.243)
Despesas de Letras de Crédito do Imobiliário	(1.601)	(4.211)	(5.326)
Outras pessoas físicas/jurídicas ligadas	(1.601)	(4.211)	(5.326)
Remuneração dos Administradores	(1.689)	(4.081)	(4.748)
Total	(40.337)	(43.189)	(41.239)

As operações entre partes relacionadas foram efetuadas pelas taxas médias praticadas pelo mercado, vigentes nas datas das operações.

21. Instrumentos Financeiros Derivativos

O Banco e as demais instituições do Conglomerado Prudencial participam de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos que se destinam a atender às necessidades próprias e de seus clientes.

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da administração na data do início da operação, levando-se em consideração se sua finalidade é para proteção contra riscos (*hedge*) ou não.

De acordo com os critérios definidos pelo Banco Central na Circular nº 3.082, os instrumentos financeiros derivativos designados para compensar, no todo ou em parte, exposições a risco decorrentes de ativo, passivo, compromisso ou transação futura prevista (item objeto de *hedge*), desde que sejam considerados efetivos na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são classificados como *hedge* de acordo com sua natureza:

As operações são negociadas, registradas ou custodiadas na BM&F Bovespa S.A - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, ou na CETIP S.A. – Mercados Organizados. No Conglomerado Prudencial, as operações com derivativos internacionais são negociadas e registradas no mercado de balcão, na “Chicago Board of Trade – CBOT” ou na “Chicago Mercantile Exchange - CME”.

Os critérios utilizados para apuração do valor de mercado das operações com instrumentos financeiros derivativos são:

- Futuros: valor do ajuste diário das operações;
- Swaps e Termo: estima-se o fluxo de caixa de cada uma de suas partes descontadas a valor presente, conforme as correspondentes curvas de juros, obtidas com base nos preços da BM&F ou preços dos ativos objetos;
- Opções: preço médio de negociação no dia da apuração, ou quando não disponível, o preço calculado com base em modelos de precificação, como o modelo Black & Scholes.

Em 31 de dezembro de 2016, as garantias envolvidas nas operações com instrumentos financeiros e derivativos estão representadas basicamente por títulos públicos no montante total de R\$ 233.017 mil (31 de dezembro de 2015 – R\$ 175.144 mil).

Os compromissos assumidos decorrentes desses instrumentos financeiros, registrados em contas de compensação, em 31 de dezembro de 2016, vencíveis até outubro de 2020 (31 de dezembro de 2015 – até janeiro de 2023), podem ser assim demonstrados:

a.) Registrados em contas de compensação e patrimoniais

	Em R\$ Mil					31/12/2015
	Conglomerado Prudencial					
	31/12/2016					
Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Acima de 1 ano	Total	Total	
Mercado futuro						
Posição comprada						
Cupom cambial	320	1.788		2.769	4.879	9.623
Taxa de juros		1		7	8	23
Moeda estrangeira	2.952				2.952	2.625
Posição vendida						
Cupom cambial		2.844	618	427	3.889	(155)
Taxa de juros			3	174	177	(21)
Moeda estrangeira	835				835	(31)
Termo de moedas - NDF						
Posição ativa						
Moeda	24.963	951	8.726		34.640	11.225
Posição passiva						
Moeda	23.863	849	8.164		32.876	8.059
Swaps						
Posição ativa						
Taxa de juros	542.688	65.663	91.495	44.599	744.445	118.393
Posição passiva						
Taxa de juros	536.714	64.718	89.157	44.470	735.061	120.934
Outros						71
Mercado de opções						
Posição ativa						
Ação						1
Moeda		50	60		110	2.389
Posição passiva						
Moeda						1.350

c.) Valor nocional por contraparte

Em R\$ Mil					
Conglomerado Prudencial					
31/12/2016					31/12/2015
Instituições Financeiras	Pessoas Jurídicas	Bolsas	Pessoas Físicas	Total	Total
Mercado futuro					
Posição comprada		7.837		7.837	11.457
Posição vendida		4.913		4.913	(207)
Swaps					
Posição ativa	577.049	167.396		744.445	118.393
Posição passiva	576.634	158.426		735.060	121.004
Termo de moedas - NDF					
Posição ativa	2.357	16.130	16.153	34.640	11.225
Posição passiva	1.706	15.399	15.771	32.876	8.072
Mercado de opções					
Posição ativa		110		110	2.391
Posição passiva					1.350

21 Instrumentos Financeiros Derivativos

As posições no mercado de futuros incluem as seguintes posições com vencimento no primeiro dia útil do mês subsequente:

- Contratos comprados de cupom cambial (DDI) no valor de R\$ 4.877 mil (31 de dezembro de 2015 – contratos comprados de cupom cambial (DDI) no valor de R\$ 8.661 mil);
- Contratos vendidos de cupom cambial (DDI) no valor de R\$ 1.526 mil (sem posição em 31 de dezembro de 2015);
- Contratos comprados em juros (DI1) no valor de R\$ 7 mil; (sem posição em 31 de dezembro de 2015);
- Contratos vendidos em juros (DI1) no valor de R\$ 176 mil – (31 de dezembro de 2015 – contratos vendidos em juros (DI1) no valor de R\$ 5 mil).
- Contratos comprados em moeda (DOL) no valor de R\$ 2.951 mil; (31 de dezembro de 2015 – contratos comprados em moeda (DOL) no valor de R\$ 2.625 mil);
- Contratos vendidos em moeda (DOL) no valor de R\$ 835 mil (31 de dezembro de 2015 – contratos vendidos em moeda (DOL) no valor de R\$ 2.591 mil);

Os valores de receitas e de despesas líquidas com Instrumentos Financeiros Derivativos estão demonstrados a seguir:

	Em R\$ Mil		
	Conglomerado Prudencial		
	2º Semestre de 2016	31/12/2016	31/12/2015
Contratos de Futuros	(16.928)	(172.369)	91.154
Contratos de Opções	(158)	(1.534)	2.293
Contratos de “Swap” e Termo	16.938	47.578	(2.614)
Total	(148)	(126.325)	90.834

d.) Hedge Accounting

Hedge de Captação (I)

Em 30 de setembro de 2014, o Banco BBM assinou uma operação que consiste em um empréstimo com objetivo de prover *funding* de longo prazo, a ser utilizado em operações com clientes focados no agronegócio, sendo estruturado por três contrapartes, sendo uma delas responsável por 50% do caixa provido, e as outras duas por 25% cada, com vencimento em 2019 (para duas delas, de 50% e 25%) e 2017 (os 25% restantes), no valor de US\$ 100.000 mil em dólares estadunidenses e com pagamento de juros pós-fixados semestrais de “LIBOR” seis meses mais 2,70% a.a. e “LIBOR” seis meses mais 2,40% a.a., respectivamente. Adicionalmente, além de pagamentos semestrais, exige-se o pagamento de uma comissão de 1% sobre o nominal total somado a um fee de US\$ 35 mil por ano.

21. Instrumentos Financeiros Derivativos (Continuação)

Este empréstimo dava ao Banco BBM a opção de desembolso até Março de 2016, e de acordo com a estrutura da operação, optou-se por realizar o primeiro saque no valor de US\$ 10.000 mil em 30 de dezembro de 2014 e o segundo saque no valor de US\$ 90.000 mil em 18 de agosto de 2015. Até esta data o Banco BBM realizou um hedge de fluxo de caixa com o objetivo de proteger riscos decorrentes da exposição a taxa pós fixada e aos fluxos de caixa futuro, para isso foi realizado um swap que recebe a taxa pós fixada da operação e paga uma taxa pré-fixada, ambas incidindo sobre o principal da operação em dólares. Desta forma, resta pré-fixado um fluxo de caixa em dólares. Para indexar este fluxo ao CDI foi feita uma série de operações de cupom cambial na BMF, de acordo com os vencimentos e exposições dos contratos, designando como hedge todos os vértices. Os desembolsos foram realizados em dólares estadunidenses e, quando os caixas foram internados, fez-se o hedge de risco de mercado designando instrumentos financeiros derivativos para a proteção total, considerando o risco da exposição cambial bem como condições de mercado de captação no exterior. Visando equalizar os efeitos da marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos designados como proteção, o valor do principal protegido, acrescido dos juros devidos, é demonstrado pelo valor justo e também marcado a mercado.

Pelo fato de haver o casamento dos fluxos do objeto do hedge e dos resultados dos derivativos destinados ao hedge, a efetividade da operação se manteve próxima de 98,86% (31 de dezembro de 2015 – 102,12%).

Hedge de Captação (II)

Durante o exercício de 2016, o Banco BBM assinou contratos de empréstimos em dólares com o Bank of Communications Shanghai Branch que tem o objetivo de prover *funding*. Em 08 de junho de 2016 no valor de USD 14.000 mil com pagamento de juros pré-fixados de 1,68% a.a.. E em 23 de setembro de 2016 no valor de USD 20.000 mil com pagamento de juros pré-fixados de 1,35% a.a.. E em 21 de Outubro de 2016 no valor de USD 24.400 mil com pagamento de juros pré-fixados de 1,35% a.a.. E em 26 de setembro de 2016 no valor de USD 2.400 mil com pagamento de juros pré-fixados de 1,35% a.a.. E em 20 de Abril de 2016 no valor de USD 1.200 mil com pagamento de juros pré-fixados de 1,35% a.a..

Para indexar estes fluxos ao CDI foi feita uma série de operações de cupom cambial na BM&F, de acordo com os vencimentos e exposições dos contratos de FRC disponíveis e o vencimento das operações. Os desembolsos foram realizados em dólares estadunidenses e, quando o caixa foi internado, fez-se o hedge de risco de mercado designando uma carteira de instrumentos financeiros derivativos, constituída por contratos de DDI e DOL, para a proteção total, considerando o risco da exposição cambial e de taxas de juros. Visando equalizar os efeitos da marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos designados como proteção, o valor do principal protegido, acrescido dos juros devidos, é demonstrado pelo valor justo e também marcado a mercado.

Pelo fato de haver o casamento dos fluxos do objeto do hedge e dos resultados dos derivativos destinados ao hedge, a efetividade das operações se mantiveram em 99,86%

Hedge de Captação (III)

Em 20 de janeiro de 2016, o Banco BBM contratou swaps em que assumiu posição ativa em IPCA + spread e passiva em CDI + 0% a.a., com o objetivo de indexar ao CDI parte de sua carteira de captação indexada ao IPCA.

Foi designada uma carteira de instrumentos financeiros derivativos, constituída pelos referidos swaps e por contratos futuros DI1, com o objetivo de realizar hedge do risco de taxas de juros. Visando equalizar os efeitos da marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos designados como proteção, o valor da carteira de captações indexada ao IPCA é demonstrado pelo valor justo e também marcado a mercado.

Pelo fato de haver o casamento dos fluxos do objeto do hedge e dos resultados dos derivativos destinados ao hedge, a efetividade da operação se manteve próxima de 66,25%.

22. Gerenciamentos de Riscos

Risco de Mercado

O Banco BBM foi um dos pioneiros na quantificação do risco de mercado no Brasil, tendo desenvolvido já em 1997 um sistema proprietário que acabou se tornando referência na indústria. A estrutura para gerenciamento de risco de mercado é constituída pelos seguintes agentes, com suas respectivas funções: a) Comitê Executivo, responsável por revisar as políticas e propor limites operacionais de gerenciamento de risco, submetendo-os à aprovação do Conselho de Administração, no mínimo uma vez ao ano; b) Conselho de Administração, responsável por aprovar as políticas e limites de risco, no mínimo uma vez ao ano; c) área de Risco de Mercado, subordinada ao Diretor de Risco, responsável por identificar, medir, monitorar e reportar on-line ao Comitê Executivo o risco de mercado da instituição, garantindo o efetivo cumprimento da política de gerenciamento de risco de mercado, bem como assegurar que os limites operacionais sejam observados; d) área de Preços, que, entre outras funções, define os modelos e as fontes de preços utilizados na marcação a mercado dos produtos operados, de forma independente das áreas de gestão; e) Auditoria Interna, responsável por garantir a adequação dos procedimentos e a consistência entre as políticas de gerenciamento de risco de mercado e a estrutura efetivamente implementada.

O risco de mercado é monitorado através do cálculo diário do Value at Risk (VaR), uma ferramenta estatística que mede a perda potencial da Instituição com determinado nível de confiança, para um certo horizonte de investimento. É estipulado um limite de VaR que pode ser alocado pelo Diretor de Tesouraria entre os diversos fatores de risco. O modelo de cálculo do VaR é submetido a testes periódicos de avaliação retroativa (backtesting). Adicionalmente, realiza-se diariamente a análise de cenários, que são definidos mensalmente pelo Comitê de Risco, de forma independente das áreas de gestão. A descrição completa da estrutura de gerenciamento de risco de mercado encontra-se disponível no site do Banco BBM (www.bancobbm.com.br).

*VaR = Perda potencial máxima, dados o nível de confiança e o horizonte de investimento. No caso do BBM, o limite é estabelecido baseado em uma probabilidade de 95% de o Banco perder no máximo 2% do patrimônio em 1 dia.

22. Gerenciamentos de Riscos (Continuação)

Risco de Liquidez

A meta de liquidez do Banco BBM é garantir que, a qualquer momento, o Banco possua caixa em montante suficiente para honrar os seus passivos e todos os demais compromissos, sem que para isso tenha de realizar qualquer rolagem ou captação adicional de recursos. Para atingir este objetivo, praticamos uma política de captação de passivos casados com os ativos: as captações são realizadas com prazo e volume iguais a, no mínimo, prazo e volume das operações de crédito, garantindo que o volume e o prazo da carteira de captação, em conjunto com o patrimônio não imobilizado do Banco, sejam maiores que o volume e o prazo da carteira de crédito.

O gerenciamento do risco de liquidez é feito com projeções do fluxo de caixa da instituição, contemplando diversos cenários de evolução das captações, das operações de crédito e da tesouraria. Nestas análises de fluxo de caixa leva-se em conta a) o risco implícito de cada cliente; b) eventual caixa adicional para cumprimento de depósitos compulsórios; c) ajustes de derivativos e d) outras obrigações existentes. O princípio geral é o de assegurar os compromissos do Banco de acordo com o patrimônio e as atuais políticas de captação, crédito e tesouraria.

O Banco BBM dispõe de uma estrutura para gerenciamento de risco de liquidez constituída pelos seguintes agentes, com suas respectivas funções: a) área de Risco de Liquidez, subordinada ao Diretor de Risco, responsável por centralizar e medir as informações referentes ao gerenciamento do risco de liquidez, assegurar que os limites operacionais sejam observados e divulgar relatórios para auxílio na tomada de decisão específica ao risco de liquidez. A descrição completa da estrutura de gerenciamento de risco de liquidez encontra-se disponível no site do Banco BBM (www.bancobbm.com.br).

	Em R\$ Mil	
	Conglomerado Prudencial	
	31/12/2016	31/12/2015
Ativo Circulante	2.538.138	3.140.404
Passivo Circulante	(2.426.143)	(1.864.805)
Capital Circulante Líquido	111.995	1.275.599
Títulos e Valores Mobiliários "Disponíveis para Venda" apresentados no Realizável a Longo Prazo	181.800	37.469
	293.795	1.313.068

22. Gerenciamentos de Riscos (Continuação)

Risco de Crédito

O Banco BBM dispõe de uma estrutura para gerenciamento de risco de crédito constituída pelos seguintes agentes, com suas respectivas funções: a) Comitê de Crédito, responsável pela definição dos limites de crédito dos grupos econômicos e pelo acompanhamento e avaliação consolidada da carteira, seu nível de concentração e de risco. Também é de sua responsabilidade estipular prazo para solucionar operações de crédito em atraso ou com alguma deterioração de garantia e decidir pelo início de cobrança judicial, se necessário; b) Conselho de Administração, responsável por aprovar as políticas e limites de risco, no mínimo uma vez ao ano; c) área de Risco de Crédito, subordinada ao Diretor de Risco, responsável por centralizar e avaliar informações referentes ao gerenciamento do risco de crédito individual por operação e consolidado da carteira a fim de assegurar que os limites operacionais sejam observados, e divulgar relatórios para auxílio na tomada de decisão dos limites de crédito aprovados no Comitê de Crédito. É também responsabilidade da área de Risco avaliar previamente novas modalidades de operação com respeito ao risco de crédito; d) área de Análise de Crédito, responsável por fazer a avaliação do risco de crédito de grupos econômicos com os quais o banco mantém ou estuda manter relações creditícias; e) Auditoria Interna, que realiza auditorias regulares nas unidades de negócios e nos processos de Crédito do Grupo; f) área Jurídica, responsável por analisar os contratos firmados entre o Banco BBM e os clientes, bem como coordenar as medidas visando a recuperação do crédito ou proteção dos direitos do Banco BBM; e g) área de Controle de Contratos, responsável por verificar a aderência das operações aos parâmetros estipulados na Proposta Limite de Crédito ("PLC"), bem como a correta constituição das garantias. Também deve emitir os contratos a serem firmados entre o Banco BBM e o cliente. A descrição completa da estrutura de gerenciamento de risco de crédito encontra-se disponível no site do Banco BBM (www.bancobbm.com.br).

Risco Operacional

O Banco BBM possui estrutura de gerenciamento de risco operacional de acordo com as melhores práticas de mercado e em atendimento à regulamentação vigente. Essa estrutura encontra-se formalizada no documento "Política de Gerenciamento de Risco Operacional", que define a metodologia e o processo de gestão, os papéis e responsabilidades, as categorias, os procedimentos de documentação e armazenamento de informações, além do processo de divulgação que garante a transparência das atividades de gerenciamento.

A área de Risco Operacional é uma unidade organizacional independente, segregada da Auditoria Interna, sob responsabilidade do Diretor de Risco e Controles Internos. A área é responsável por atuar junto aos demais componentes da estrutura com o objetivo de assegurar o cumprimento das diretrizes estabelecidas na Política mencionada. A descrição completa da estrutura de gerenciamento de risco operacional encontra-se disponível para o público no site do Banco BBM na Internet (www.bancobbm.com.br).

Gerenciamento de Capital

O Banco BBM realiza sua gestão de capital através de uma estrutura composta pelos seguintes órgãos: Conselho de Administração, Comitê Executivo, Diretoria de Risco, Capital e Controles Internos, Diretoria de Tesouraria, Diretoria de Captação, Diretoria de BackOffice, Unidades de Negócio e Auditoria. O Conselho de Administração é o órgão máximo dessa estrutura, responsável por monitorar a adequação do capital. O Comitê Executivo deve revisar os documentos a serem submetidos ao Conselho de Administração, bem como aprovar as metodologias a serem utilizadas na gestão e monitoramento da adequação do capital. Cabe à Diretoria de Risco e Capital centralizar o gerenciamento de capital trabalhando de forma contínua para sua melhoria e zelando pela adequação da instituição à sua política de gerenciamento de capital, e ao seu plano de capital. À Diretoria de Tesouraria e à Diretoria de Captação cabe o planejamento de emissões de instrumentos de capital, caso necessário. Periodicamente a área de gerenciamento de capital gera relatórios acerca da adequação do capital que são enviados ao Comitê Executivo e ao Conselho de Administração.

22. Gerenciamentos de Riscos (Continuação)

Gerenciamento de Capital (Continuação)

Tais relatórios contemplam simulações de eventos severos e condições extremas de mercado. As Unidades de Negócio devem fornecer todas as informações que a Diretoria de Risco, Capital e Controles Internos julgue necessárias para o efetivo gerenciamento de capital. A Auditoria é responsável por avaliar periodicamente a efetividade do processo de gerenciamento de capital. A descrição da estrutura de gerenciamento de capital encontra-se em relatório disponível no site do Banco BBM (www.bancobbm.com.br).

23. Limites Operacionais

Em outubro de 2013, entraram em vigor as novas regras de mensuração do capital regulamentar. As instituições financeiras e entidades equiparadas têm que manter patrimônio líquido mínimo de 9,875% dos seus ativos ponderados por graus de risco às exposições em ouro, moedas estrangeiras e operações sujeitas ao risco operacional e às variações: cambial; de taxa de juros; de preço de *commodities*; e de preço de ações classificadas na carteira de negociação, conforme normas e instruções do BACEN. O Conglomerado Prudencial do Banco BBM está enquadrado nesse limite operacional em 31 de dezembro de 2016.

	Em R\$ Mil	
	Conglomerado Prudencial	
	31/12/2016	31/12/2015
Patrimônio de Referência Nível I	557.081	563.962
Patrimônio Líquido	576.313	579.190
(Redução) ativos intangíveis / diferidos conforme Resolução nº 4.192 de CMN	19.232	15.228
Patrimônio de Referência (PR)	557.081	563.962
Ativos Ponderados Por Risco (RWA)	258.268	294.564
Parcela Referente ao:		
Risco de Crédito (RWACPAD)	207.360	214.663
Risco de Câmbio (PCAM)	2.185	47.568
Risco de Juros (RWAMPAD)	27.316	18.478
Risco Operacional (RWAOPAD)	21.408	13.854
Valor da Margem ou Insuficiência (PR - RWA)	298.813	269.398
Fator de Risco - 9,875% do PR	55.012	62.036
Índice de Basileia (Fator de Risco / RWA)	21,30%	21,06%

24. Imposto de Renda e Contribuição Social

As movimentações dos créditos tributários e da provisão para impostos diferidos sobre diferenças temporárias podem ser assim demonstradas:

	Em R\$ Mil	
	Conglomerado Prudencial	
	31/12/2016	31/12/2015
Crédito Tributário Ativo:		
Diferenças Temporárias (a)		
- Provisão para Operações de Crédito	34.540	23.656
- Ajuste a mercado de TVM e Derivativos	5.843	7.966
- Provisões para Contingências (Nota 25a)	4.266	3.993
- Outras	2.686	1.738
Base Negativa de Contribuição Social	16.198	16.829
Prejuízo Fiscal de Imposto de Renda	14.541	15.633
Total	78.075	69.816
Provisão para Impostos Diferidos:		
Diferenças Temporárias		
- Ajuste a mercado de TVM e Derivativos	203	1.094
- Outras	11.253	9.069
Total	11.456	10.163

24. Imposto de Renda e Contribuição Social (Continuação)

As composições dos créditos tributários e da provisão para impostos diferidos podem ser demonstradas conforme se segue:

	Em R\$ Mil	
	Conglomerado Prudencial	
	31/12/2016	31/12/2015
Crédito Tributário Ativo:		
Saldo em 1º de janeiro	69.816	57.661
Constituição (Reversão)		
- Com efeitos no resultado	10.121	9.472
- Com efeitos no patrimônio (Títulos Disponíveis para Venda)	(1.862)	2.683
Saldo em 31 de dezembro	<u>78.075</u>	<u>69.816</u>
Provisão para Impostos Diferidos:		
Saldo em 1º de janeiro	10.164	8.539
Constituição (Reversão)		
- Com efeitos no resultado	2.185	827
- Com efeitos no patrimônio (Títulos Disponíveis para Venda)	(893)	797
Saldo em 31 de dezembro	<u>11.456</u>	<u>10.163</u>

(a) A expectativa é que a realização destes créditos tributários, tanto no controlador quanto no consolidado operacional, ocorra até o ano de 2018 para Contribuição Social, sendo o seu valor presente de R\$ 25 Milhões e para Imposto de Renda até o ano de 2018, sendo o seu valor presente de R\$ 28 Milhões. A Contribuição Social sobre os créditos tributários foi de acordo com a nova alíquota vigente

24. Imposto de Renda e Contribuição Social (Continuação)

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa de imposto de renda e contribuição social contabilizada pode ser demonstrada como se segue:

	Em R\$ Mil	
	31/12/2016	
	IRPJ	CSLL
Lucro contábil antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(16.325)	(16.325)
Lucro Líquido do Banco	32.750	32.750
(-) Juros Sobre Capital Próprio	(43.836)	(43.836)
(-/+) Imposto de Renda e Contribuição Social	5.239	5.239
Alíquota Fiscal	25%	20%
Imposto de Renda e Contribuição Social (a)		
Pela alíquota fiscal	4.081	3.265
Adições Permanentes	38.521	34.424
Despesas Não Dedutíveis	4.942	845
Equivalência Patrimonial		
Adição de Lucros no Exterior	33.579	33.579
Exclusões Permanentes	29.881	29.881
Receitas isentas de impostos	13	13
Equivalência Patrimonial	29.869	29.869
Adições / Exclusões Temporárias	21.348	21.100
Base Fiscal	13.663	9.318
Aproveitamento Prejuízo Fiscal e Base Negativa		(2.795)
Base Fiscal com aproveitamento de Prejuízo Fiscal e Base Negativa	9.564	6.523
Imposto de Renda e Contribuição Social (a)	(2.367)	(1.305)
Aproveitamento de Incentivos Fiscais e Impostos de Controladas no Exterior	416	
Imposto de Renda e Contribuição Social no resultado do exercício	(1.950)	(1.305)
Ajuste DIPJ	661	-
Impostos Diferidos Passivos	(1.214)	(971)
Imposto de Renda e Contribuição Social no resultado do exercício - Banco BBM	(2.503)	(2.276)
Imposto de Renda e Contribuição Social de outras instituições do Consolidado Operacional	(374)	(318)
Imposto de Renda e Contribuição Social no resultado do exercício - Consolidado Operacional	(2.877)	(2.594)

(a) Em Maio de 2015 foi editada a Medida Provisória nº 675, alterou a alíquota de Contribuição Social sobre Lucro Líquido – CSLL das Instituições financeiras de 15% para 20%. Esse aumento de alíquota entrou em vigor, de acordo com a Medida Provisória, a partir de setembro de 2015 e permanecerá em vigor até dezembro de 2018.

24. Imposto de Renda e Contribuição Social (Continuação)

Em maio de 2015, foi publicada a Lei 12.973/2015, fruto da conversão da Medida Provisória nº 627 (MP 627/13), que altera a Legislação Tributária Federal Sobre IR, CS, PIS e Cofins. Dentro outros assuntos, a Lei 12.973/2015, dispõe sobre:

A revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais;

A tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas; e

O parcelamento especial de Contribuição para o PIS/Pasep e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins.

Conforme disposto na Lei, o Banco BBM deverá optar ou não pela antecipação dos seus efeitos para o ano calendário de 2015, sendo que todos os seus dispositivos entrarão em vigor, obrigatoriamente, a partir do ano calendário de 2015. Após uma análise preliminar, constatou-se que não haverá impactos relevantes para a organização e, portanto, não haverá opção pela antecipação.

25. Provisões e passivos por obrigação legal

O Banco e o Conglomerado prudencial são parte em ações judiciais e processos administrativos, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

a) Composição das provisões

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	Em R\$ Mil	
	Consolidado Prudencial	
	31/12/2016	31/12/2015
Trabalhistas	6.367	5.991
Total - Provisões para Contingências	6.367	5.991

Essas provisões estão registradas na rubrica “Outras Obrigações Diversas” no Passivo Exigível a Longo Prazo. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foi feita uma conversão de depósito no valor de R\$ 1.816 mil e uma constituição no montante de R\$ 2.192 mil das provisões para contingências no Banco e no Conglomerado Prudencial.

25. Provisões e passivos por obrigação legal (Continuação)

b) Passivo por Obrigação legal (*)

Com base em liminar obtida, o Banco BBM S.A e a BACOR Corretora de Valores Mobiliários S.A. passaram a recolher, a partir de abril de 2007, PIS e COFINS somente sobre a receita de serviços, pleiteando a inconstitucionalidade do alargamento de base de cálculo destas contribuições e constituindo passivo para o saldo remanescente até a decisão final, incluído na rubrica "Outras Obrigações Diversas" no Passivo Exigível a Longo Prazo, conforme se segue:

	Em R\$ Mil	
	Consolidado Prudencial	
	31/12/2016	31/12/2015
PIS e COFINS	3.114	2.883
Total - Passivos por Obrigação Legal	3.114	2.883

(*) Em dezembro de 2013, no Banco, o passivo de Pis e Cofins oriundo da discussão de alargamento de base de cálculo mencionada acima foi zerado em virtude da adesão ao programa de pagamento/parcelamento de débitos perante a Secretaria da Receita Federal (SRF), a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) instituído pela Lei nº 11.941/2009 reaberto com as alterações veiculadas pela Lei nº 12.865/2013 ("REFIS"). A discussão permanece em aberto para a empresa BACOR Corretora de Valores Mobiliários S.A. instituição integrante do Conglomerado Prudencial.

c) Desmutualização BM&F e Bovespa

Em dezembro de 2013, o Banco BBM e BACOR Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A aderiram ao programa de pagamento/parcelamento de débitos perante a Secretaria da Receita Federal (SRF), a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) instituído pela Lei nº 11.941/2009 reaberto com as alterações veiculadas pela Lei nº 12.865/2013 ("REFIS"), com o objetivo de quitar débitos discutidos em processos administrativos e execuções fiscais, gozando de benefícios de redução de multa e juros., referente às autuações emitidas pela Receita Federal do Brasil, em dezembro de 2011, tendo como objeto: (i) a tributação, pelo IRPJ e CSLL, da reserva de atualização dos títulos patrimoniais da BM&F e Bovespa, em virtude da desmutualização das referidas entidades e (ii) a tributação, pelo PIS e COFINS, do ganho de capital na venda dos mencionados títulos. Cumpre ressaltar, que apenas o Banco BBM aderiu ao programa para fins de tributação de PIS e COFINS permanecendo em aberto o montante líquido de efeitos tributários de R\$ 6.615 mil para a empresa BACOR Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.

25. Outras informações

(a) Acordo de compensação e liquidação de obrigações

O Banco BBM possui acordo de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.263/05, resultando em maior garantia de liquidação de seus haveres para com instituições financeiras com as quais possua essa modalidade de acordo. O total de ativos mitigados por acordo de compensação em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$ 148.215 mil.

(b) Uso de Estimativas

A preparação da demonstração financeira inclui estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor de mercado de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, perdas por redução ao valor recuperável e outras provisões.

(c) Depósitos e Captações no Mercado Aberto

Os depósitos e captações no mercado aberto são reconhecidos pelos valores das exigibilidades, sendo os encargos exigíveis, quando cabíveis, registrados (em base “pro rata” dia).

26. Eventos subsequentes

O pagamento dos juros sobre capital próprio, aprovados em 31 de dezembro de 2016, ocorreu em 05 de janeiro de 2017.

* * *

Aline Gomes – Controller
CRC 087.989/0-9 “S”- BA